



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO
TURMA 2010, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ADRIANA SILVA DE SOUSA

**A LUTA DOS SEM-TERRA: O CASO DO ACAMPAMENTO NOSSA
SENHORA APARECIDA - MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA**

MARABÁ-PA

2015

ADRIANA SILVA DE SOUSA

**A LUTA DOS SEM-TERRA: O CASO DO ACAMPAMENTO NOSSA
SENHORA APARECIDA - MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus de Marabá, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Airton dos Reis Pereira

MARABÁ-PA
2015

ADRIANA SILVA DE SOUSA

**A LUTA DOS SEM-TERRA: O CASO DO ACAMPAMENTO NOSSA
SENHORA APARECIDA - MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA**

Defesa Pública em: 16/10/2015

Banca Examinadora:

Orientador: Prof^o. Dr. Airton dos Reis Pereira

Banca: Prof^a. Msc. Maura Pereira dos Anjos

Banca: Prof^a. Esp. Mirian Rosa Pereira

Dedico essa pesquisa aos trabalhadores
que estão na luta por Terra.

AGRADECIMENTOS

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do acampamento Nossa Senhora Aparecida, Santa Luzia e da Estrela da Manhã, os quais tenho imensa gratidão, por contribuir na construção direta, das minhas pesquisas e sempre estiveram de braços abertos em me receber. Especialmente a Maria Dalva e seu João, por sua coragem, determinação, exemplo de sabedoria, contribuindo significativamente, não apenas na minha formação acadêmica, mas também na minha vida.

Ao meu orientador Airton dos Reis Pereira, por ter aceitado me orientar, por sua paciência e compreensão nas minhas dificuldades, sendo ele um dos principais responsáveis pela conclusão desse trabalho.

Às instituições: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Pará, Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e à Comissão Pastoral da Terra pelo total apoio e confiança.

Aos meus amigos de turma, que torcem por meu crescimento e me incentivam em especial a Marcelle, que durante esse período de estudo se tornou uma irmã e a Márcia, Jane, Idelmar, Sandra, Aldenora e Dona Neuza que além de amiga para incentivar a estudar, em alguns momentos, fez também o papel de mãe.

A todos os professores do curso de Educação do Campo em especial a Idelma, Rita, Hiran, Evandro, Haroldo e a Maura pela paciência e por me proporcionar, no decorrer destes quatro anos, uma grandiosa aprendizagem. Ao Bruno Malheiro, o professor amigo, que admiro muito, que me oportunizou grandes reflexões acadêmica e da vida dentro dos quatros anos que atuei como bolsista do Programa de Educação Tutorial.

E aos amigos que me incentivaram e me ajudaram psicologicamente na minha permanência acadêmica e na construção desse trabalho, Mirian, Nádia Cilene, Taciane e especialmente à Antônia Carvalho, obrigada pela a contribuição.

Agradeço também a Deus e toda minha família, Minha filha Adrielly, meu pai Everaldo e minha mãe Rosa e meus irmãos pelo o encorajamento e a compreensão da minha ausência em determinados momentos para construção desse trabalho.

*Não precisa ser herói
Para lutar pela terra
Por que quando a fome dói
Qualquer homem entra em guerra
É preciso ter cuidado
Para evitar essa luta
Pois cada pai é um soldado
Quando é o pão que se disputa
Letra da Música: A vitória do trigo
Compositor: Vaine Darde*

LISTA DE SIGLAS

CEBs – Comunidade Eclesial de Base

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DECA – Delegacia Especial de Conflitos Agrários

EFA– Escola Família Agrícola

EJA– Educação de Jovens e Adultos

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará

FUNRURAL – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural

GETAT – Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Serviço Social

IFPA - Instituto Federal do Pará

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG"s – Organizações Não Governamentais

PA– Pará

PA – Projeto de Assentamento

PM – Polícia Militar

SEMED– Secretaria Municipal de Educação

STTR– Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

SOME– Sistema de Organização Modular de Ensino

SR-27 – 27ª Superintendência Regional do INCRA

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNIFESSPA – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

RESUMO

O presente estudo trata sobre a luta dos trabalhadores sem-terra organizados em acampamentos ligados ao Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Marabá. A metodologia utilizada na pesquisa foi estudo de caso, tendo o Acampamento Nossa Senhora Aparecida como caso analisado. Estes trabalhadores acampados reivindicam a desapropriação da Fazenda Itacaiúnas, localizada no município de Marabá, sudeste do Pará. O objetivo do estudo foi analisar as dinâmicas em torno da luta pela terra na região de Marabá, procurando discutir os processos vivenciados pelos sem-terra acampados, demonstrando as motivações e o intuito de adquirir uma terra, a partir da vivência em acampamento. Como referencial teórico foi utilizado Hébette (2004); Velho (1981); Emmi (1987); Assis (2007); Pereira (2013); Gonh (2008) entre outros. O trabalho de campo foi realizado durante seis meses, nos quais além da participação em diversas ações com os acampados, foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado com os acampados e seus representantes. Foi feito também análise documental de diversos documentos escrito, além da revisão bibliográfica. Como resultado da pesquisa, constatou-se que a prática de acampamento de trabalhadores sem-terra é uma das primeiras ações dos trabalhadores tida como estratégia para obtenção da posse da terra. A motivação para fazer a luta pela terra na maioria das vezes, são recorrentes das condições precárias que os mesmos vivenciam na cidade, em virtude dos desafios financeiros, ausência de emprego, moradia e renda. Assim, buscam no acampamento uma alternativa aos desafios presentes com o objetivo da melhoria da qualidade de vida na terra.

Palavras-Chave: Acampamento; Sem-terra; Luta pela Terra; Reforma Agrária.

ABSTRACT

This study deals with the struggle of the landless workers organized in camps linked to the Workers Union/the Rural Marabá. The methodology used in the research was a case study, and the Camp Nossa Senhora Aparecida as analyzed case. These camped workers claim the expropriation of Itacaiúnas Farm, located in the city of Marabá, southeast of Pará. The aim of the study was to analyze the dynamics around the struggle for land in the region of Marabá, trying to discuss the processes experienced by encamped landless, demonstrating the motivation and the purpose of acquiring the land from the camp experience. As a theoretical reference was used Hébette (2004); Velho (1981); Emmi (1987); Assisi (2007); Pereira (2013); Gonh (2008) among others. Fieldwork was conducted over six months, in which in addition to participating in various activities with encamped, interviews were conducted with semi-structured with the encamped to their representatives. It was also made documentary analysis of several written documents, in addition to literature review. As a result of the research, it was found that the practice of landless workers on camp is one of the first actions of the workers as a strategy for achieving domination the earth. The motivation to make the struggle for land in most cases, are poor conditions that they experience in the city, because of financial challenges, lack of employment, housing and income. So they seek the camp an alternative to challenges present to the goal of improving the quality of life on earth.

KeyWords: Encampment. Landless. Fight for Earth. Land reform.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA.....	18
1.1 - Concentração de terras a partir da economia da castanha-do-pará.....	19
1.2 - Concentração da terra a partir da economia regida pelo o Governo Civil-Militar	22
2. O ACAMPAMENTO DOS SEM-TERRAS.....	27
2.1- Os movimentos sociais.....	27
2.2- Acampamentos e as ocupações de terras.....	30
3. O CASO DO ACAMPAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA.....	41
3.1- Propriedade reivindicada: Fazenda Itacaiúnas.....	41
3.2- Reivindicações pela desapropriação.....	43
3.3- Embate jurídico.....	44
3.4- Fatos marcantes do acampamento e os desafios dos acampados.....	45
3.5- Organização interna do acampamento.....	49
3.6- Regras de convivência no acampamento.....	50
3.7- Espaço físico e moradia.....	52
3.8- Trabalho e alimentação das famílias.....	53
3.9- Saúde.....	55
3.10- Religião e Lazer.....	56
3.11- A educação escolar.....	56
3.12- Entrada na Fazenda/conflito: ocupação de uma parte da propriedade.....	57
3.13- Aspectos educacionais e sociais dos acampados.....	61
CONSIDERAÇÕES.....	64
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS.....	75

INTRODUÇÃO

A pesquisa que apresento aqui trata-se do Trabalho de Conclusão de Curso realizado como requisito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Campus de Marabá.

Tudo começou com a realização de trabalhos vinculados aos Tempos-Comunidade do referido curso, em 2010, e em razão da minha atuação enquanto bolsista do Programa de Educação Tutorial - Conexão de Saberes, do “Observatório de estudos da fronteira: políticas públicas, movimentos sociais e sistemas familiares de produção”, desenvolvido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Marabá.¹

O Programa de Educação Tutorial objetivava promover pesquisas sobre a problemática do campo, no sudeste do Pará, e subsidiar um olhar crítico acerca das políticas de desenvolvimento regional, bem como compreender os processos político-pedagógicos dos movimentos sociais do campo. Nessa atuação me interessei pelo contexto social da qual estava inserida: as experiências vivenciadas por mim e as experiências da minha família a respeito da luta pela terra.

Nasci em Marabá, assim como meus irmãos e meu pai. Porém minha mãe é migrante do Estado do Maranhão. Cresci ouvindo meu pai contando as histórias de meu avô, Pedro Neto Rufino, negro de estatura mediana, nascido em Carolina, no Maranhão, residindo neste local, por um período de uma década com sua família, que trabalhava em propriedades do Nagib Mutran. A família do meu avô migrou para Marabá no ano de 1930, incentivados pelas riquezas naturais apresentadas na região sudeste paraense e também porquê seu patrão, o Nagib Mutran, já havia vendido as suas terras em Carolina e comprados outras em Marabá.

A vinda da família do meu avô para Marabá, no primeiro momento, foi para trabalhar no extrativismo do Caucho. Depois o meu avô se inseriu nos castanhais da região, exercendo a função de piloto de um “Batelão”, barco transportador de castanha, que subia e descia os rios Itacaiúnas e Tocantins fazendo compra de fruto, para a família do Nelito Almeida (detentor de castanhais). O meu avô era considerado uma pessoa de confiança de diversas famílias abastadas na região. Trabalhou para

¹ O Campus Universitário de Marabá, da UFPA, transformou-se na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) por meio da Lei nº 12.824, de 5 de junho de 2013.

essa família do Nelito por dezenove anos e depois disso, para os Mutran por cinco anos em Marabá.

No início da década de 1980 ingressou como sócio majoritário de um “barranco”² no garimpo da Serra Pelada com um dos membros da família dos Almeida. Nesse período levou o seu filho mais velho, o meu pai, para trabalhar na extração de minério de ouro com ele. Até o início do trabalho no garimpo a família de meu pai morava na Velha Marabá, no bairro Francisco Coelho³. Com o dinheiro do garimpo, o meu avô comprou uma terra numa localidade denominada de Vilas dos Maranhenses, em Marabá. Depois vendeu e comprou outra no município de Itupiranga quando mudou-se para lá com toda a sua família. Ali viveu até o ano 2000.

A partir dessas histórias contadas pelo meu avô e em razão das leituras e estudos sobre o sudeste do Pará, passei a dar maior atenção a esse contexto vivenciado pela minha família. Os estudos teóricos, me fizeram perceber o quanto minha família paterna, na figura do meu avô, vivenciou diretamente algumas fases de destaque da produção econômica extrativista da região, dentre elas, a extração de diamante, no rio Tocantins, castanha-do-pará, de látex nas árvores de caucho e o ouro na Serra Pelada, além de trabalhar com os principais detentores de áreas de castanhais, apontados como de extrema importância para compreensão de uma parte histórica da região.

Porém, meu avô apesar do desejo de possuir uma parcela de terra, por se considerar trabalhador rural, permaneceu maior parte de sua vida trabalhando para terceiros (1930-1980), nunca quisera fazer parte de um movimento de ocupações de terra existentes na época. Me perguntava porque foi assim, sobretudo, quando desenvolvia a pesquisa para este trabalho.

Ao realizar esta pesquisa tive acesso a informações importantes sobre as disputas de terra, no sudeste do Pará, e pode perceber o quanto o meu avô e meu pai tiveram uma vida de submissão e/ou aceitação da exploração efetivada pela oligarquia dos castanhais da região, especialmente da família Mutran.

A situação vivenciada pelo o meu avô, assim como tantos outros trabalhadores de Marabá, era no sentido paternalista, de gratidão, uma vez que as relações sociais e trabalhistas seguiam as normas estabelecida pelos os senhores donos de terras sem que houvesse qualquer tipo de questionamento, mas de valorização da pessoa

² Nome dado às divisões de uma área para garimpagem.

³ Esse bairro é também conhecido como Cabelo Seco.

do patrão, como pude perceber nos estudos realizados por Velho (1981), Emmi (1987), Assis (2007), Hebéte (2004), entre outros. Os meus avós contavam com grande admiração os feitos das oligarquias locais, sem uma compreensão maior dos seus direitos. E por trabalharem para grandes proprietários não ansiavam a conquista de uma terra para o trabalho e sustento de suas famílias.

O meu pai na busca de meios de sobrevivência, com o tempo almejava a conquista da posse de uma terra própria. No final da década de 1980, o Governo Federal proibiu o garimpo manual de Serra Pelada. Como ele ficou desempregado e por ter experiências de trabalho somente na agricultura, ficou sem condições de manter a família na cidade. A família, meus pais e quatro filhos foram morar na terra do meu avô, permanecendo neste local por sete anos. Saímos de lá porque eu e minha irmã já com idade escolar, na época com sete anos, precisávamos estudar. Em 1994 nos mudamos para a cidade, mas o meu pai permaneceu trabalhando em terras de terceiros, inclusive para os Mutran, para manter na cidade de Marabá a sua família.

Na década de 1990, o meu pai se inseriu no movimento sindical, filiando-se ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá - STTR e se integrou a um grupo de posseiros que ocupava uma propriedade denominada Gleba Santa Rita, com intuito de possuir um lote de terra. Em 2002, ele foi assentado e obteve a terra almejada. Criado o Projeto de Assentamento pelo o Instituto Nacional de Colonização na Reforma Agrária (INCRA) ele passou a lutar junto com os outros trabalhadores pelos créditos produtivos, energia, estradas, educação etc. E isso só foi possível devido a persistência e a luta do grupo de posseiros por fazer a luta nesta localidade, assim como milhares de trabalhadores rurais do sudeste paraense que também queriam e almejavam uma terra para trabalhar e sustentar seus familiares.

No final de 2003, comecei a estudar na Escola Família Agrícola (EFA), ligada à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI). Essa escola funcionava nas dependências da Fundação Agrária do Tocantins e Araguaia (FATA), em Marabá, também ligada à FETAGRI. Nesse período os movimentos sociais do campo demonstravam os seus anseios para além da posse da terra, destacando a luta pela Educação do Campo na região sudeste paraense, com criação de escola com conteúdos voltados para as vivências de filhos e filhas de agricultores, demonstrando a possibilidade de uma educação de qualidade, sem menosprezar e sim valorizar a realidade dos sujeitos do campo.

A partir de uma nova concepção de mundo, ao sair da EFA, no ano de 2007, assumi a responsabilidade de ser umas das diretoras do STTR de Marabá por meio de uma eleição naquele ano, iniciando assim a jornada (diretamente) no movimento do campo, ajudando na organização dos trabalhadores assentados e daqueles inseridos na luta pela conquista da terra: os acampados sem-terra.

Em 2009 continuei exercendo atividade com os trabalhadores rurais, mas desta vez atuando como extensionista rural, desempenhando a função de técnica em agropecuária da Cooperativa de Serviços de Assessoria Técnica (COPSERVIÇOS), contribuindo na organização da produção dos trabalhadores assentados. Em 2010 comecei a estudar no curso de Licenciatura em Educação do Campo, em Marabá, na Universidade Federal do Pará - Campus de Marabá, atualmente UNIFESSPA.

A partir da minha trajetória familiar, profissional e acúmulo teórico, pretendemos, neste trabalho, analisar as dinâmicas em torno da luta pela terra na região de Marabá, procurando discutir os processos vivenciados pelos sem-terra acampados, com intuito de adquirir uma terra para o trabalho e sustento de suas famílias, utilizando como estudo o caso do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, no município de Marabá.

Isso quer dizer que, buscamos apresentar reflexões acerca das formas de organização dos trabalhadores rurais sem-terra a partir da observação direta no acampamento, além de inúmeras conversas informais efetivadas sempre quando ali eu ia a trabalho ou em razão do TCC. Os acampamentos significam para os trabalhadores rurais algo primordial na luta por terra. Atualmente na região sudeste paraense, embora se possa reconhecer a existências de outras necessidades dos trabalhadores sem-terra, a conquista da terra tem se apresentado como a principal.

A compreensão a respeito das motivações que possibilitaram os trabalhadores a reivindicar o direito à terra, através da ocupação de uma propriedade, faz parte também dos objetivos desta pesquisa. Ao mesmo tempo, faz-se necessário reconhecer de maneira reflexiva neste trabalho, a luta dos trabalhadores/as rurais ao longo dos caminhos em diferentes fases e formas de ocupar a terra. Os acampamentos por ser visto como uma das estratégias de resistências dos trabalhadores e pressão sobre o Estado para realizar a reforma agrária a partir da criação dos Projetos de Assentamentos, acontece principalmente, porque os trabalhadores compreendem, que a luta pela terra, se faz, sobretudo, na luta por direitos, pela sobrevivência daqueles excluídos do desenvolvimento econômico.

Neste sentido, acreditamos que o presente trabalho pode auxiliar algumas pessoas a conhecerem a luta e a realidade de um acampamento de trabalhadores rurais sem-terra e a perceber o sentido de estar e viver na provisoriedade de um acampamento, e/ou entender porquê permanece essa prática exercida por milhares de sujeitos há décadas, e em dias atuais, no município de Marabá.

Para a realização deste trabalho tomamos como caso o Acampamento Nossa Senhora Aparecida, estabelecido na fazenda Itacaiúnas, próximo da BR-155, no município de Marabá, sudeste do Pará. Ali os trabalhadores resistem para que essa fazenda seja desapropriada pelo INCRA, revelando efetiva manifestação de luta pela reforma agrária na região.

Os referenciais teóricos nos embasaram agindo como espécie de intermediação para a conclusão das análises no decorrer da escrita, produzindo maior sentido aos variados tipos de dados, documentos e categorias encontradas a partir da observação e conceitos pré-concebido, no percurso inicial da pesquisa. É possível concordar com Haguette (2007), que afirma que que nas teorias não encontramos todas as respostas, porém, devemos avaliar suas teorias e explicações utilizando aspectos da realidade.

Segundo Rothman (1994), o Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa vantajosa uma vez que possibilita o investigador utilizar uma série de técnica de coletas de dados, incluindo desde a observação direta, entrevistas semiestruturadas, além de uma variedade de fontes propiciadas por artefatos e documentos de diversas naturezas. Mediante a isso, adotamos primeiramente como técnica, as leituras bibliográficas, e assim foi possível definir a problemática deste trabalho (SEVERINO, 2007). Posteriormente, iniciamos as análises de documentos, observações sistemáticas no espaço do acampamento e entrevistas semiestruturadas com os acampados e representantes das organizações.

Já a pesquisa documental nos baseamos em Ludke e André (1986), ao ressaltar que a pesquisa documental fornece informações contextualizadas, tendo o sentido de reafirmar ou fundamentar as ideias do autor obtidas por outras técnicas. E assim nos conduziu à análises de imagens fotográficas, fílmicas e realizar leituras de inúmeros documentos escritos cedido pela as organizações dos trabalhadores (STTR, FETAGRI e CPT). Dentre os documentos, podemos citar as atas de reuniões e de

assembleias, ofícios, boletim ocorrência policial, mapas, fichas de cadastro do STTR e de cesta básica do INCRA, além das imagens e gravações fílmicas.

As observações sistemáticas no espaço do acampamento foram realizadas de maneira cuidadosa. Passamos a interagir e acompanhar as principais ações praticadas pelos os acampados, observando as ações e as situações vividas, assim como sugere Severino (2007). Durante o processo de interação, houve importantes conversas informais com jovens, idosos, homens e mulheres acampadas, que ampliaram nossas observações sobre as formas de produção da existência dos sujeitos, da infraestrutura, reprodução social, redes de sociabilidade e atividades exercidas no acampamento. Tudo isso foi importante para melhor compreensão das vivências e algumas estratégias de luta dos acampados refletidas nos processos organizativos da luta.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com acampados e alguns sujeitos que ajudam na articulação e coordenação do acampamento. Entrevistamos quinze acampados, além de alguns agentes de pastorais, advogados, sindicalistas e lideranças do acampamento e diretores da FETAGRI e do STTR. As entrevistas obtiveram características definidas como um processo de interação social entre duas pessoas, com a utilização de roteiro aberto, usando-o apenas para nortear os questionamentos (HAGUETTE, 2007). Tudo isso foi de extrema importância para a compreensão de alguns dados documentais e dos relatos orais sobre as vivências pessoais e para compreendermos sobre o que é ser acampado e estar em acampamento e porque se faz acampamento em dias atuais. No processo de análise das entrevistas interligamos com a literatura sobre a problemática estudada que havíamos definido no projeto de pesquisa.

No decorrer da pesquisa, iniciada em 2010, efetuamos também como parte do trabalho de campo, diversas reuniões para apresentação da proposta desta pesquisa e a partir disso foi possível participar de reuniões efetuadas pelos acampados para tratar de assuntos cotidianos da comunidade. Nesse contexto, construímos relação com as instituições ligadas aos trabalhadores e conquistamos a confiança da comunidade, sendo possível obter informações, documentos, mapas, nomes das famílias acampadas, imagens do local, cedidos por estas instituições.

Sabemos que a aproximação demasiada com os sujeitos da pesquisa pode gerar alguns riscos para os resultados da pesquisa como relata Haguette (2007). Segundo essa socióloga, a relação muito próxima com os sujeitos pesquisados

surtem especificidades, levando os informantes ao nervosismo ou ocultar as informações desejadas, ou mesmo se sentirem subjugados, coagidos por pensar que a entrevista, principalmente, é uma armadilha para ele. E devido a isso alguns cuidados foram adotados tanto no decorrer do trabalho, sobretudo nas entrevistas, fato que não deixamos de fazer toda uma explicação da intencionalidade da pesquisa.

Com todas as informações coletadas passamos a ter maior abrangência em nossas percepções da realidade do acampamento, entendendo o sentido de ser e estar acampados.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, buscamos construir reflexões acerca da dinâmica da ocupação regional, os processos migratórios, tendo por base a luta pela terra. Neste contexto algumas referências bibliográficas foram fundamentais as quais percorrerão ao longo deste trabalho, entre eles: Assis (2007); Emmi (1987); Hébette (2004); Medeiros (2003), Pereira (2013), Velho (1981) entre outros. São análises que auxiliaram na reflexão sobre as questões agrárias do sudeste do Pará, ressaltando a discussão sobre a migração, a concentração de terras, a participação do Estado através da concessão de terras e de incentivos fiscais, beneficiando em maior parte os interesses do grande capital.

No segundo capítulo apoiamo-nos, teoricamente em Fernandes (2002), Gohn (2008), Medeiros (2002) e em Pereira (2013). Para tratarmos sobre origem dos acampamentos dos trabalhadores rurais sem-terra, evidenciando as primeiras ocupações de terras em Marabá e o envolvimento de algumas instituições e entidades parceiras dos movimentos sociais e sindicais organizados no campo como os STTRs e MST, que contribuem nas ações dos sem-terra nos dias atuais. Com esses elementos compreendemos o início do processo de criações dos projetos de assentamentos no município.

O terceiro capítulo abordamos o cotidiano do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, dando maior destaque ao processo organizacional dos acampados. Os dados foram coletados principalmente por meio de entrevistas. Dentre os entrevistados se inserem os jovens, homens, mulheres. Na utilização dos relatos apresentamos a trajetória de vida dos acampados, dos fatos, acontecimentos marcantes da comunidade. E também com seus relatos (como mencionado)

apresentamos a compreensão das motivações de ser acampado, mediante o anseio da criação de um Projeto de Assentamento.

Os referenciais principais foram os dados coletados e, de certa forma, neste capítulo a demonstração das realidades dos sujeitos confrontando com as análises de alguns pesquisadores como citados nos capítulos anteriores.

CAPÍTULO 1

PROCESSO DE CONCENTRAÇÃO DA TERRA

Marabá está situada no sudeste do Estado do Pará e foi emancipada no ano de 1913. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), este município é considerado o quarto mais populoso do Estado, com 262.085 habitantes. Esta população é composta, predominantemente, por migrantes oriundos de quase todo território nacional, em especial do Nordeste (HÉBETTE, 2004, vol. 4).

Os primeiros migrantes eram provenientes de Boa Vista (atualmente Tocantinópolis, no Estado do Tocantins), formados por um pequeno grupo de famílias coordenado pelo coronel Carlos Gomes Leitão, no ano de 1894. Este buscou refúgio no sudeste paraense com apoio do então governador do Pará, Lauro Sodré, quando teve concessão pública de terras para então formar uma colônia agrícola, que passou a ser conhecida como Burgo Itacaiúnas. A produção econômica desses migrantes, que se localizaram às margens do rio Tocantins, provinha da agricultura de subsistência com algumas pequenas criações de gado (VELHO, 1981).

As primeiras influências migratórias para o município de Marabá foram à localização de boas pastagens para a criação de gado bovino, e com o decorrer do tempo prevaleceram o extrativismo do caucho e da castanha-do-pará; principalmente do primeiro citado. Segundo Velho (1981), as árvores proporcionaram ao sudeste paraense um novo aspecto, relacionado ao crescente número de habitantes, ou seja, migrantes vindos em busca de trabalho no extrativismo do látex, onde podiam livremente retirar a seiva do caucho e, partir disso, comercializá-la.

Até meados do século XX, o principal meio de transporte eram os barcos que percorriam sobre a “malha hidrográfica, formada a partir dos rios Araguaia e Tocantins e seus afluentes” (ASSIS, 2007, p.35). A partir da década de 1970, foram construídas oficialmente às primeiras estradas, possibilitando acesso de Marabá a outras regiões do país, como exemplo a rodovia Transamazônica (BR-230) e a PA-70 (hoje BR-222), marcando assim um período de incentivos governamentais possibilitando que pessoas se deslocassem até a região norte do país não somente em busca de terra, mas também, com o intuito de trabalhar nas construções dos grandes

empreendimentos que começavam a ser anunciados ou naqueles que já estavam em construção, como por exemplo a BR-230 e mais tarde a Hidrelétrica de Tucuruí, entre outros (VELHO, 1981).

Isso significa que, a partir de então se intensiva a diversidade cultural, social e a econômica do município de Marabá e região, marcada pelos conflitos sociais em razão da pobreza da maioria da população e da concentração da terra nas mãos de poucos. Tudo isso, de certa forma, vai causar nessa parte do território amazônico uma violenta disputa em torno da posse da terra. Nesses conflitos, de um lado apresentavam-se grupos, que através de sua organização e força coletiva, exigiam o acesso à terra para o trabalho, buscando condições dignas de sobrevivência. E do outro lado, os grupos econômicos com apoio do Estado, apoderando-se da terra e das riquezas naturais. Vale salientar que para ambos os grupos, a terra era sinônimo de riqueza, mas com sentidos diferenciados.

Para os trabalhadores rurais, principalmente migrantes de diversas regiões, a terra era considerada como principal meio de sustento de suas famílias pela dificuldade de se manter enquanto trabalhador assalariado. Já para os grupos compostos por fazendeiros e empresários, principalmente amparados pelo Estado, a terra era vista como meio de acumulação (MARTINS, 1991). Para estes, o Estado criou leis e programas, que garantissem não só a posse da terra, mas créditos subsidiados por meio dos incentivos fiscais (FERNANDES, 1999).

1.1 Concentração de terras a partir da economia da castanha-do-pará

Marabá com suas riquezas naturais se evidenciou no País e no mundo, com diferenciadas relações políticas econômicas e também em decorrência de fragmentos históricos dos conflitos fundiários. Após a economia da borracha, passa a predominar a produção da coleta da castanha-do-pará, apresentando novas características ao município e região.

Emmi (1987) relata que em meados de 1920, a maior produção econômica do município de Marabá e região provinha da coleta da castanha-do-pará, ou seja, período do declínio da economia da borracha. A extração do fruto da castanha era realizada de forma livre em áreas de terras públicas desempenhada pelas famílias locais. A partir de 1925, segundo Velho (1981), os governantes estaduais passam a influenciar estratégia de dominação de terras, em áreas contendo castanhais.

Dominação esta que negava o sistema de exploração livre, a partir do momento da criação do sistema de arrendamento dos castanhais, considerado uma forma de domínio temporário, seguindo normas da Lei de Terras (Lei Federal nº 601, de 1850), até o início dos anos 1950.

Os castanheiros arrendatários eram escolhidos pelos chefes políticos locais, que conseqüentemente eram ligados ao governo estadual, para exercer em função de uma espécie de “gerenciador da produção da castanha” (EMMI, 1987; VELHO, 1981). E assim, o governo do Estado, utilizando desta estratégia de dominação privilegiou vários grupos do qual tinham ligações políticas que passaram a se apropriar das terras de castanhais.

Segundo Velho (1981):

[...] se inaugura a segunda fase da frente extrativista da castanha. O novo sistema começou a surgir a partir de 1925. Aparentemente, foi uma reivindicação do chefe político local de então - Teodoro de Mendonça - aos seus correligionários no Governo do Estado de uma arma para favorecer os elementos da situação e controlar o comportamento político. Como os arrendamentos seriam provisórios - em geral por uma safra - podiam, a juízo do chefe político, deixar de serem renovados. Esperava-se que os aquinhoados, em troca do prestígio e do poder advindos, fossem capazes de retribuir politicamente a graça recebida (VELHO, 1981, p.53).

É possível perceber por meio deste fragmento que Velho (1981), destaca o apadrinhamento político como meio das divisões de terras para a coleta da produção da castanha. Já Emmi (1987) não só reforça essa tese, como afirma que esses grupos agraciados com o título de arrendatário passaram a mandar não apenas na organização dos castanhais, mas na forma de trabalho dos coletores de castanhas, quando foram considerados, no município de Marabá, como poderosos e violentos.

Essas famílias eram os que de fato detinham, os cargos políticos municipais e fundamentalmente os principais meios de produção, gerando relações de dominação e exploração sobre as terras e sobre os coletores de castanhas, ou seja, estas tornaram-se as famílias com o maior poder aquisitivo, não apenas do município de Marabá, mas de toda a região do sudeste do Estado do Pará, apoderando-se de grandes extensões de terras e de cargos políticos em Marabá e no legislativo estadual (ASSIS, 2007).

Emmi (1987) vai denominar como um processo de formação da oligarquia dos castanhais, esse envolvendo grupos econômicos e políticos locais privilegiados pelas intervenções do governador do Estado. É o próprio governo que passou a regularizar a prática monopolista da terra e dos bens naturais de Marabá e região, enaltecendo,

por meio de Decreto-lei nº 3.143, de 11 de novembro de 1938, um pequeno grupo familiar local.

Segundo Velho (1981), foi com o Estado Novo que esta legislação passou a regulamentar “o serviço de arrendamento de terras para exploração de produtos nativos” (p.54), aplicável também à extração de outros produtos em todo o Estado. Velho (1981) ainda relata que o decreto denotava total finalidade política, “preocupando-se” com certa racionalização da produção, que era de interesse do Governo, agora mais independente em face do poder privado, embora sem romper em geral, os laços de lealdade política” (VELHO, 1981, p.54).

Velho (1981) relata ainda que este decreto-lei também determinava algumas obrigações aos arrendatários e circunstanciavam a área do qual se pleiteava o arrendamento:

O decreto estipulava que o loteamento fosse feito a partir de um curso d'água, que portanto tomaria toda a frente, com o que se facilitavam as comunicações. Os lotes não poderiam exceder uma légua quadrada. Os arrendatários seriam obrigados a ‘promover a limpeza rigorosa dos igarapés e grotões, estradas e caminhos’. Cada arrendatário deveria manter um ‘roçado de 100 metros quadrados para a plantação de cereais’. Em cada lote dever-se-ia plantar duzentos castanheiros e construir sólidos barracões (1981, p.54).

Mas as obrigações impostas pelo decreto de arrendamento não foram cumpridas. Segundo Velho (1981), isso ocorreu porque os arrendatários tinham apenas os títulos dos castanhais e isso não lhes dava plenos poderes para dominarem as terras a seu modo, e assim não se sentiam obrigados a fazer benfeitoria nas áreas delimitadas.

Entretanto em 4 de dezembro de 1954, passou a vigorar novas regras, mediante a Lei de nº 913, imposta pelo General Assunção. Velho (1981) ressalta que esta introduziu “importantes modificações no arrendamento de terras devolutas do Estado para fins de exploração por indústrias extrativas” (p. 67). Uma alteração no arrendamento das terras foi a licença para a exploração dos castanhais, que anteriormente era por uma safra e passa a ser por um período de cinco anos o direito a exploração pelo detentor da licença. E posteriormente, outra alteração foi o prolongamento das licenças constituindo-a em aforamento perpétuo.

O aforamento de terras com castanhais, no ano de 1966, modificou-se mais uma vez suas regras, isto é, teria a aquisição de terras aforadas, somente por transferência de direitos dos foreiros originários, ou seja, aforamento perpétuo foi constituindo, definindo direito ao foreiro de permanecer em domínios dos castanhais,

estes também tinham que respeitar os limites das léguas quadradas, (correspondente a 6 km, 36 km²) para cada família de foreiro (EMMI, 1987; VELHO, 1981).

Contudo, não havia uma fiscalização de qualquer regra estabelecida pela Lei Federal nº 601, de 1850, conhecida como Lei de Terras. Os limites das propriedades aforadas passaram a ultrapassar os tamanhos estabelecidos, a partir dos falseamentos de documentos das terras, adquiridos em cartórios da região, prática essa conhecida como grilagem.

Outra regra seria em relação à venda dos castanhais a terceiros e o não desmatamento, pois dentre as regras estabelecidas por Lei Federal nº 601, de 1850, os foreiros deveriam conservar em estado natural seus castanhais, ou seja, não desmatá-lo (EMMI, 1987). Não obstante, o descumprimento destas regras não seria também importante ao Estado do Pará em plena década de 1960, durante os governos da ditadura civil-militar, porque comparava-se a época da Política Velha, na utilização de favorecimentos políticos em troca de apoio partidário, gerando maiores poderes aos foreiros para dominação sobre os castanhais e a outros grandes empresários recém chegados ao sudeste do Pará e de certa forma, essa foi umas das causas que facilitou a concentração fundiária nesta região.

1.2 Concentração da terra a partir da economia regida pelo Governo Civil-Militar

Os projetos do Governo Civil-Militar vindos para “desenvolver” a Amazônia, iniciado a partir da Transamazônica, teve amplitude em curto espaço de tempo, tal avanço esteve “associados à abertura de estradas e caminhos afastando-se da beira, buscando a penetração e a ligação com as vias principais de comunicação e transporte” (VELHO, 1981, p.142).

Dentre os órgãos atuantes nas atividades de distribuição de terras aos grandes proprietários destacava-se a Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará. As atividades realizadas por esta secretaria foram posteriormente substituídas pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Este órgão passou a dividir as terras do sul e do sudeste em grandes glebas de terras na capital do Estado bem longe onde efetivamente os títulos concedidos tomariam feição legal negando, principalmente, a existência dos posseiros que ali estavam durante muito tempo estabelecido.

A Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, posteriormente o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) passou a dividir “sobre mapas, em mesas de seus burocratas na capital, lotes de 4.356 hectares, agrupou-os em glebas e cedeu-os a baixos preços às empresas privadas e/ou às famílias mais abastadas e detentoras do poder local para a instalação de suas fazendas” (PEREIRA, 2013, p.42).

Assim, o Estado foi um dos maiores responsáveis no processo de apropriação das terras públicas para concentração fundiária em propriedades privadas no sudeste paraense, não só por meio de suas intervenções direta, mas nos casos de omissão. O que se pode verificar, que além dos governos do Estado, houve intervenções do Governo Federal nesse processo. Os estudos de Assis (2007) demonstram que o Governo Federal incentivava a ocupação das terras na Amazônia, desde o governo de Getúlio Vargas. Comprova-se não somente as estratégias dos governantes estaduais de monopolizar as áreas agrária do sudeste do Pará, mas também a implantação de diferenciados projetos governamentais.

Como é possível perceber, o sudeste do Pará fez parte do território estratégico das políticas de desenvolvimento do Governo Federal no período da Ditadura Civil-Militar, elaborados com intuito de alocar as grandes empresas para a exploração dos recursos naturais. No entanto, famílias pobres, principalmente do Nordeste eram convidadas a morar na Amazônia. Uma das principais ações do Governo Federal pode ser percebida no discurso do presidente Médici, proferido em Manaus, outubro de 1970 a empresários beneficiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM):

[...] o esforço necessário à solução dos dois problemas: o homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia [...] a expansão do setor agropecuário nas regiões favoráveis, o aproveitamento dos jazimentos minerais e a industrialização na medida necessária, bem como, ao mesmo tempo, a redistribuição dos seus excedentes demográficos, ocupando espaços internos vazios, mas potencialmente poderosos, sobretudo no território de atuação da SUDAM (MÉDICI, 1970, p.150, apud PEREIRA, 2013, p.65).

É possível perceber nesse fragmento do discurso do Presidente Emílio Garrastazu Médici que a proposta da nova economia para a Amazônia incentivada pelo o Governo Civil-Militar, a partir da década de 1970, seria impulsionada pela grande quantidade de migrantes empobrecidos do Nordeste que atuariam como mão-de-obra nos projetos de mineração e nos projetos agropecuários. O cenário econômico do sudeste do Pará foi modificando por essas intervenções federais,

diminuindo a importância da economia extrativista e passando a ser conduzida, efetivamente, pela expansão do setor agropecuário e minerário.

Velho (1981) destaca que;

[...] a Transamazônica – que efetivamente transforma a região em porta de entrada para a Amazônia continental – a PA-70, o aparecimento de firmas do Sul e órgãos governamentais, a exploração hoje certa de ferro na serra dos Carajás, a próxima instalação de uma unidade do Exército em Marabá e a presença do campus avançado da Universidade de São Paulo (Projeto Rondon), fazem com que antigos projetos em torno dos quais há longos anos se especulava na região ganhem maior viabilidade. Entre estes, a idéia de regularizar-se o curso do rio Tocantins para facilitar a navegação, de que já se falava pelo menos desde 1809; a construção de uma usina hidrelétrica na Itaboca ou numa das quedas d'água do Itacaiúnas; o beneficiamento local da castanha, em vez de seu transporte em bruto para Belém, bem como o do babaçu e a abertura de serrarias; a construção de uma ponte sobre o Itacaiúnas, ligando Marabá ao bairro do Amapá e ao aeroporto, agora necessária também para ligar o trecho Araguaia-Marabá da estrada ao trecho seguinte na direção de Itupiranga (VELHO, 1981, p. 142-143).

É possível observar, na citação acima os projetos de “desenvolvimento” para o sudeste do Estado do Pará, se destacando a construção da estrada da Transamazônica, a exploração de ferro na Serra dos Carajás, a construção de usinas hidrelétricas, sendo estes de ganhos econômicos principalmente ao Estado e aos empresários, marcando a mudança da região do sudeste do Pará.

Segundo Assis (2007), o Governo Civil-Militar com os projetos de desenvolvimento seguiu a lógica de “Integração, Valorização e Desenvolvimento” que segundo ele, foi instituído pelo regime civil-militar em 1972, se materializando no I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) vigente até 1974. Ainda para Assis (2007), cabia à SUDAM levar a cabo as ações delineadas no âmbito desse plano, voltado para o incentivo do setor agropecuário. Portanto, o que se configurou no dito desenvolvimento foi o incentivo à concentração de terras por meio dos incentivos fiscais, que naquela época, foram destinados aos grandes proprietários para a criação de gado. Para reforçar essas análises, acreditamos que seja pertinente citar aqui, as considerações de Pereira:

O modelo de desenvolvimento concebido pelos governos da ditadura civil-militar para a Amazônia foi pautado na grande propriedade da terra e na transferência massiva de recursos públicos a inúmeros grandes proprietários rurais e empresas privadas nacionais e estrangeiras sediadas no Centro-Sul do Brasil, inclusive aquelas que se dedicavam ao ramo financeiro e à indústria de veículos automotores. Esses grupos econômicos passaram a adquirir terras e a acessar volumosos recursos provenientes dos incentivos fiscais para a criação de gado bovino, exploração de madeiras nobres (mogno, cedro, ipês, angelim, etc.) e comercialização da castanha-do-pará (2013, p.45).

Dessa maneira, com tantos financiamentos públicos destinados aos grandes proprietários, o governo alardeava e dava uma maior compreensão sobre os benefícios da acumulação de terras. Vale destacar também que nesse período quanto maior era “o valor do latifúndio disponível e/ou a ser formado, tanto mais recursos se poderiam obter com base nele. O esforço deveria ser, portanto, no sentido da obtenção de um máximo de valor em terras” (COSTA, 1998, p.52 apud, ASSIS, 2007, p.44). Neste sentido quanto maior era a extensão de terra, maior era o valor do financiamento para a criação de gado bovino nessa parte da Amazônia.

Desse modo as terras do sudeste paraense foram sendo apropriadas por alguns abastados financeiramente ou privilegiados politicamente, principalmente na fase da República Velha, estabelecida pelo domínio dos castanhais e também na fase do qual se destaca as políticas do Governo Civil-Militar com elaboração de projetos como mencionamos anteriormente. Também foram elaboradas propostas para colonização em assentamento de trabalhadores, pois segundo Pereira, (2013 p.61), “a previsão do governo era de instalar, sob a coordenação do INCRA, 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes de 100 hectares cada”, que tinha também como direito:

[...] cada futuro assentado: serviços médicos, ajuda de custo no valor de seis salários mínimos, quatro hectares de roça pronta, créditos bancários, estradas, compra da produção e uma casa na agrovila além de um transporte para os núcleos de colonização nos denominados Programas Integrados de Colonização (PIC), se estenderia por 529 quilômetros entre as cidades Marabá, Altamira e Itaituba (PEREIRA, 2013, p.61).

Para tanto as promessas efetuadas não foram cumpridas aos trabalhadores migrantes empobrecidos vindos para o sudeste paraense, na época da construção da Transamazônica. Hébette (2004, v.4), pondera sobre o fracasso do Governo Civil-Militar perante a política agrícola aos trabalhadores rurais e destaca os fatores motivadores de incentivos a migração para a região da Transamazônica, sendo as falsas promessas, uma das questões que ocasionou excessivo número de famílias migrantes no município de Marabá:

[...] os frutos da colonização oficial não corresponderam, nem de longe, às expectativas despertadas por uma propaganda irresponsável motivada por objetivos políticos ou puramente comerciais. Seria injusto atribuir ao INCRA à origem de todas as frustrações. Muitos dos fracassos registrados se devem mais à política agrícola global do Estado, à marginalização generalizada da pequena produção de alimentos, à pressão dos objetivos de Segurança Nacional (HÉBETTE, 2004, p. 284, v.4).

É possível perceber por meio desse fragmento do texto de Hébette (2004), que a responsabilidade pelo fracasso da distribuição de terras aos trabalhadores rurais foi

atribuída a finalidades políticas ou simplesmente comerciais do Governo Civil-Militar, atestando descompromisso a uma parcela de trabalhadores rurais empobrecidos. Na tentativa de assegurar à política global que seria da exportação e a industrialização, com a implantação de grandes projetos mineradores, madeireiros, além da expansão da pecuária extensiva. Além do mais, no sudeste do Pará, Marabá era a localidade que despontavam como centro econômico, político, além de ser considerada, nos anos de 1970 a 1985, como área de segurança nacional, para que o governo efetivasse os grandes empreendimentos, qualquer contestação social (EMMI, 1987; IKEDA, 2014).

CAPÍTULO 2

O ACAMPAMENTO DOS SEM-TERRAS

2.1 - Os movimentos sociais

Os movimentos sociais são constituídos a partir das organizações coletivas, de sujeitos marginalizados, com realidades precárias, inferiorizadas no meio social. Gohn (2008) analisa a ação dos movimentos ou a mobilizações sociais como um despertar dos sujeitos aglutinados em grupos com as mesmas finalidades, com intuito de agir de maneira positiva em suas vivências, consistindo na mudança de comportamento sociais, mediante a aquisição de novas realidades e novos valores. E assim, organizados, se transformam em sujeitos responsáveis pela mudança de suas próprias condições de vida e realidade cotidiana.

Desse modo, podemos entender os movimentos sociais como organizações de trabalhadores que atuam no sentido de reivindicações de melhorias sociais, tanto para os espaços urbanos, quanto para o espaço rural. Esses movimentos se constituem em diversos aspectos de interesse comum (de caráter sindical e outros segmentos específicos como mulheres, juventude, indígenas, quilombolas, moradores de bairros etc.), com atuação em vários setores, como agricultura e educação, dentre outros.

Nesse trabalho, as discussões estão reservadas aos movimentos sociais do campo, ressaltando aqueles que lutam pela terra no sudeste do Pará, sendo eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o movimento sindical. Este último é representado pelos STTRs ambos acompanhados e assessorados pela a Comissão Pastora da Terra (CPT), instituição ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Ao mencionarmos 'sem-terra' neste trabalho nos referenciaremos aos sujeitos que estão buscando a posse da terra, como é o caso das famílias acampadas do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, na Fazenda Itacaiúnas, município de Marabá.

Para os trabalhadores rurais desse acampamento, o termo sem-terra tem sido usado para identifica-los quando os mesmos permanecem no acampamento. Isso significa, conforme diversas vezes explicitadas pelas lideranças do acampamento,

que quando os mesmos saem do acampamento passando para a ocupação do imóvel com a divisão dos lotes para cada família, a identificação de sem-terra aos poucos deixa de ser utilizada. A identificação passa a ser de ‘ocupantes’ ou tão somente ‘trabalhador rural’, termos geralmente usados pelo movimento sindical, quando a propriedade ocupada passa a ser um Projeto de Assentamento criado pelo o INCRA.

Se podemos dizer que o MST e os STTRs são as principais organizações de representação dos trabalhadores rurais do sudeste paraense envolvidos na luta pela terra, é preciso considerar o papel importante da CPT no apoio e na assessoria a estas organizações. Essas entidades de trabalhadores rurais e a CPT oferecem apoio aos trabalhadores que almejam a terra como fonte de sobrevivência. Estas atuam apoiando principalmente nos aspectos de formação na realização de reuniões, palestras entre outros, dimensionam ideias e conceitos que de certa forma, contribuem para o desenvolvimento e superação de problemáticas das suas realidades.

É importante ressaltar que o MST é formado basicamente por sujeitos sem-terra e tem abrangência nacional, obtendo maior visibilidade no sudeste do Pará a partir dos anos 90. O mesmo se destaca nacionalmente por suas grandes movimentações, diversos acampamentos localizados, principalmente, às margens de estradas, mas também pelas ocupações de terras improdutivas, pelas mobilizações e manifestações com ocupações de rodovias, prédios públicos, dentre outros.

Bogo (1999, p 133) relata que o MST “é o conjunto de trabalhadores que tem interesses opostos aos dos grupos dominantes, [...] trabalhadores sem-terra, vindos de diferentes categorias e classes, em relação aos latifundiários”, que demonstra em suas mobilizações imensa organização de base, capacidade estratégicas de chamar a atenção da sociedade e do poder público a respeito das suas reivindicações por condições de vida digna no campo. Este se difere em muitos aspectos em relação ao movimento sindical, mas ambos reivindicam os direitos dos trabalhadores rurais, sobretudo o acesso à terra a partir da divisão de grande extensão de terras, para a produção familiar.

O STTR do município de Marabá foi fundado em dezembro de 1980, iniciado a partir da organização dos posseiros com o apoio da CPT. O STTR é ligado à FETAGRI. Esta federação atualmente está organizada em dez regionais. Na região de Marabá atua a FETAGRI regional sudeste, com sede na cidade de Marabá, criada no ano de 1996. Já a FETAGRI Estadual é ligada a Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Esta confederação foi fundada em dezembro de 1963. Dessa data até a década de 1970 tinha como intuito principal articular os sindicatos e suas demandas por efetivação de direitos trabalhistas e por reforma agrária.

Na década de 1980, ainda no regime da ditadura civil-militar, esta entidade se tornou uma referência nacional na prática de denúncias da violência e dos conflitos sociais agrários, revelando também a natureza dos conflitos e demandando a desapropriação das áreas em questão. A CONTAG passou a estimular as ações de resistência na terra e as pressões coletivas, para que as desapropriações de imóveis improdutivos se realizassem (MEDEIROS, 2003). Ou seja, esta confederação é considerada a maior representação dos trabalhadores na agricultura da América Latina que se organizam a partir de associações e sindicatos fazendo, desse modo, uma espécie de rede de organização.

É importante ressaltar que a CPT contribuiu para a organização dos trabalhadores dentro de instituição, como sindicatos, além da CONTAG (apesar de existir controversas), com serviços diversos, articulações e assessoria.

A CPT, que não é um movimento social, e sim, uma instituição ligada à Igreja Católica, criada por alguns membros da Igreja, favorável aos conceitos empregados pela Teologia da Libertação. “Seu trabalho eclesial disseminado pelo país, em especial nas áreas de fronteira, onde eram mais intensos os conflitos por terra e pouco significativa a representação sindical” (MEDEIROS, 2002. p.46). Também participava diretamente e fomentava a organização de trabalhadores rurais, exercendo ao mesmo tempo a função de articuladora no sentido de orientar a luta dos trabalhadores rurais, até em dias atuais.

No sudeste do Pará, a Comissão Pastoral da Terra teve um papel fundamental no apoio aos posseiros que disputavam a terra com os grandes proprietários rurais. Em virtude de apoiar os posseiros a Igreja passou a ser vista pelo Estado como um problema, uma vez que os trabalhos pastorais de base ganharam a confiança dos trabalhadores rurais. Um desses trabalhos realizados pelos os agentes de pastorais da CPT era a viabilização de espaços, infraestrutura para a realização das formações de trabalhadores, provocando-os a fazer críticas sobre as situações vivenciadas. Palestras estas contendo principalmente os conteúdos religioso-bíblico, associado à conjuntura e às situações da época (MEDEIROS, 2002).

Como já mencionamos anteriormente, a Comissão Pastoral da Terra se legitima a partir da teologia, as ações de resistência, e se consolidou numa importante rede de influências de defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, passando a lhes apoiar em conjunto com os movimentos sociais, em todas as instâncias, destacando-se as governamentais.

A Superintendência Regional (SR) 27, do sul do Pará, instalou-se dentro de Marabá no ano de 1996, depois da repercussão Nacional e Internacional do Massacre de Eldorado do Carajás e de outros casos de violência no campo, efetivado pelo o próprio Estado, por parte da Polícia Militar.

As Instituições ou entidades ligadas aos trabalhadores rurais citadas consistem num conjunto de apoio aos movimentos sociais, mesmo que de forma indireta, formam uma rede de relações, capaz de reunir esforços e de gerar novas oportunidades para famílias empobrecidas na luta pela redistribuição de terras improdutivas, e assim também, fomentar a expansão e o fortalecimento das demandas dos movimentos sociais do campo.

2.2 Acampamentos e as ocupações de terras

Foi possível verificar que para os trabalhadores e trabalhadoras rurais do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, o termo ocupação e acampamento⁴ de sem-terra não são as mesmas coisas. Geralmente as pessoas creem que são equivalentes, mas no caso do Acampamento Nossa Senhora Aparecida não são. Neste trabalho utilizaremos as identificações dadas pelos próprios trabalhadores para narrar sobre cada um desses termos. Desde já podemos dizer que se constituem como momentos diferenciados, mas ambos são estratégias dos trabalhadores rurais para conseguirem a posse da terra.

Os trabalhadores consideram o acampamento o momento em que vivem em barracas de palhas ou de lona às margens das estradas ou mesmo dentro de uma parte do imóvel, como algo provisório. Já a ocupação de terra é o ato de dividir em lotes o imóvel pretendido, se configurando como mais um passo na luta pela terra. É nesse momento que cada família passar a morar e produzir em seus lotes. Ali cada família poderá decidir onde construir a sua roça, que tipo de lavoura vão plantar, que

⁴ A diferenciação entre acampamento e ocupação de terra é algo que precisa ser avaliado de local para local, de instituição para instituição.

animais vão criar, diferentemente do tempo em que estava no acampamento onde quase tudo era feito de forma coletiva.

Neste sentido os dois contextos (acampamento e ocupação) são movimentos de resistência dos trabalhadores em defesa de seus próprios interesses que são a terra e o cultivo dessa terra para as suas sobrevivências. Ou seja, são por meio dessas estratégias de luta que os trabalhadores rurais visam à produção e a reprodução do trabalho, voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar destinadas aos direitos básicos da cidadania. Pode-se considerar que é o início de uma cooperação entre os trabalhadores para criações de políticas agrícolas e sociais (FERNANDES, 2002).

Os acampamentos e as ocupações de imóveis improdutivos são ações decorrentes das necessidades e das expectativas da conquista da terra. São as primeiras ações de reivindicação por efetivação de direitos conquistados e estabelecidos em leis que é a luta por terra, onde ao mesmo tempo se torna uma luta por direitos. Por essa razão os trabalhadores se organizam em movimento e obrigam o Estado a fazer a reforma agrária, apesar de precária. Isso nos remete dizer que na sua maioria a mudança da estrutura agrária do país tem sido pela força dos trabalhadores rurais e menos pela ação do Estado.

Fernandes, (2012) também reforça destacando que,

Acampamento é um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária (2012, p.23).

Desse modo no ato de lutar, resistir, acampar, ocupar, que o sul e o sudeste do Pará apresentam cerca de mais de 500 Projetos de Assentamentos (PAs). Se concretizaram a partir dessas reivindicações diretas dos trabalhadores rurais sejam eles ligados ao MST ou ao movimento sindical.

No entanto, há articulações por parte dos grandes proprietários para impedir as ocupações de terras, uma delas é a “medida provisória nº 2.109-50, de 27 de março de 2001, que suspende por dois anos a desapropriação de áreas ocupadas pela primeira vez e por quatro anos as ocupadas por duas ou mais vezes” (FERNANDES, 2012, p.24). Devido a medida, é que transforma o ato do acampamento, num primeiro momento uma estratégia de reivindicação as margens da propriedade almejada, para pedir aos órgãos competentes a vistoria da mesma.

Como foi mencionado, a luta pela terra é uma luta por direitos, sobretudo aqueles assegurados em leis. Aqui acreditamos que vale mencionar que uma dessas leis é conhecida como Lei de Terras, a Lei nº 8629, de 25/02/93, que assegura vários direitos sobre a questão fundiária, como a destinação de terras rurais públicas para a reforma agrária, estabelecendo critérios da pequena e média propriedade, a partir da definição por módulos fiscais⁵. Esta lei estabelece também a propriedade passível de desapropriação para a reforma agrária passando a ser compreendida aquela que não cumprisse a função social descrita na Constituição Federal de 1988 (Art.5, XXIII). Consta-se como regra ao proprietário o cumprimento da função social, ou seja, as terras devem ter aproveitamento consciente da propriedade, a incumbência da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis, o cumprimento das determinações dadas em relação à preservação do meio ambiente, com observância no bem estar do proprietário em si, seguindo ainda as “disposições que regulamenta as relações de trabalho, exploração que favoreçam os trabalhadores” (MEDEIROS, 2002, p.37).

Entretanto, a referida Lei de Terras, como destaca Medeiros (2002), mesmo depois de muitas discussões sobre o que seria a reforma agrária, guarda pontos e citações vagas, de entendimentos ambíguos e confusos pela justiça brasileira. Segundo Medeiros (2002),

A lei agrária ainda manteve alguns pontos controversos, tornando as desapropriações passíveis de discussões judiciais. O mais significativo deles diz respeito à tensão existente entre os requisitos para o cumprimento da função social e a definição de que terras produtivas não deveriam ser desapropriadas. Além disso, ao contrário das desapropriações de utilidades públicas, em que o proprietário só tinha condições de discutir na justiça o valor fixado para ressarcimento, no caso das terras para fins de reforma agrária, o proprietário poderia levar a justiça o julgamento do mérito (MEDEIROS, 2002, p.38).

Neste sentido os trabalhadores ainda ficam à mercê das compreensões e interpretações do Poder Judiciário para determinar as ações legais. Decisões estas, que perpassam pela arbitragem de valores da propriedade concedida para fins da

⁵ “O modulo fiscal é uma unidade expressa em hectares (há), fixada para cada município, o de Marabá é 70 há. O modulo fiscal [...] serve de parâmetro para classificações dos imóveis rurais quanto ao tamanho, sendo a pequena propriedade aquela de área entre quatro e 15 módulos fiscais” (MEDEIROS, 2002, p.37). Sendo: Minifúndio: imóvel rural de área inferior a um módulo rural; O conceito de minifúndio está atrelado ao módulo rural, variável de acordo com o tipo de exploração. Pequena propriedade: imóvel rural de área compreendida entre um e quatro módulos fiscais; média propriedade: imóvel rural de área compreendida entre quatro e quinze módulos fiscais; Grande propriedade: imóvel rural de área superior a quinze módulos fiscais (INCRA/2014).

reforma agrária ou a ordem de liminar de despejo para os trabalhadores, caso estejam ocupando as terras reivindicadas, sendo elas consideradas produtivas ou não.

Isso tem como consequências as dificuldades e a morosidade do processo de desapropriação, em razão dos entendimentos ambíguos das leis agrárias. Por se transformar numa *disputa* entre o Poder Judiciário, advogados em questão e o proprietário do imóvel. E consequentemente também os movimentos sociais do campo avaliam a necessidade de realizar, e (re)organizar adequadamente estratégias, para pressionar a Justiça, de maneira que acelere os processos de desapropriação das terras reivindicadas. Dentre as primeiras estratégias, há o acampamento.

O uso da estratégia do acampamento pelos trabalhadores rurais sem-terra como prática de luta, iniciou no Sul do Brasil e foi adaptada no Estado do Pará a partir da constituição do MST nessa região nos anos 1980. No início da década seguinte surgiram os primeiros acampamentos de sem-terra no sudeste paraense nas margens de estradas ou numa pequena parte dos imóveis improdutivos, consequentemente ganhando também novas características e experiência proporcionadas pela a região.

Assim as novas práticas de atuação no processo de luta pela terra empregada pelo o MST se interligaram com as dos posseiros nos municípios do sudeste do Pará. Ou seja, as práticas passaram a fazer parte do contexto dos posseiros. Pereira (2013) ressalta que, para os trabalhadores rurais, no início da década de 1990, “o acampamento passou a ser, então, uma das principais estratégias da luta pela terra, porque era entendido também como uma das formas possíveis de se proteger das ações violentas de pistoleiros e de policiais” (p.210).

A prática usada pelo o MST no sudeste do Pará não foi nada fácil porque as lideranças dos posseiros na região divergiam do MST em relação às “novas” maneiras de fazer a luta pela terra. A prática dos trabalhadores posseiros era de ocupar terras consideradas improdutivas partindo para um enfrentamento direto com o proprietário das terras ou com seus pistoleiros e assim iam construindo suas roças quase que de imediato às ocupações e tão logo, faziam eles mesmo, a demarcação de seus lotes (PEREIRA, 2013). Era desta forma que se dava o processo coletivo da luta através da resistência, às vezes no embate frontal com os pistoleiros ou com a Polícia Militar (PM). Era nesses “conflitos que os trabalhadores se organizavam internamente e contaram com o apoio do STR, da igreja e de parlamentares” (PEREIRA, 2013 p. 201).

A lógica de ocupação de terras pelos posseiros se dava devido à disputa pela mesma área de terras, no sentido da permanência em uma determinada área ou conquistas de áreas, através da ocupação de grandes propriedades com títulos de aforamento ou definitivos, já tendo como donos empresários, fazendeiros, comerciantes. As ocupações geralmente eram marcadas por um processo de persuasão de extrema violência praticado pelos supostos proprietários (PEREIRA, 2013).

Durante o período de pesquisa deste trabalho, foi concedida uma entrevista por Amujaci Serrano da Silva e Antônio Gomes, sindicalistas que vivenciaram a época da luta dos posseiros. Nesta oportunidade, contam sobre as ocupações das terras sem atividades produtivas, imóveis que parecia não ter donos. Mas após início da entrada dos posseiros no imóvel, praticando suas atividades agrícolas, sempre apareceria uma pessoa se dizendo ser o proprietário das terras.

As estratégias do MST, como já mencionadas anteriormente, eram diferentes das empregadas pelos posseiros. Primeiramente, os trabalhadores passaram a fazer acampamentos em frente a propriedade almejada, geralmente às margens das estradas, para então entrar num processo de negociação com o INCRA e este com o proprietário do imóvel. Contudo, as lideranças dos STTRs e as instituições atuantes na época da luta dos posseiros achavam este modelo um suicídio, porque acreditavam que acampados às margens das estradas com famílias inteiras, inclusive crianças, ficariam expostos a quaisquer ações violentas dos grandes proprietários da região. Desse modo, consideravam um grande risco porque todos estariam expostos⁶ em barracos de lona ou de palha diferentemente dos posseiros que se embrenhavam na mata onde construíam as suas roças e não ficavam tão expostos às ações de fazendeiros e de seus pistoleiros.

Em razão das diferentes estratégias de luta, o modelo de ocupação do MST gerou alguns conflitos no Estado do Pará entre os posseiros e acampados. Enquanto um grupo de acampados esperava fora da propriedade requerida os desenlaces do processo de negociação com o INCRA, os posseiros, às vezes, entravam na mesma propriedade ocupando-a e, de imediato, dividiam seus lotes e começavam a fazer as plantações das roças. A CPT e os STTR em algumas localidades tiveram de intervir e fazer a mediação entre os sem-terra e os posseiros (PEREIRA, 2013).

⁶Entrevista concedida a autora em 2015, Emmanuel Wambergue – Mano, agente pastoral da CPT nos anos de 1976 a 1988.

A discordância entre lideranças dos STTRs e das instituições que apoiavam a luta dos posseiros como a CPT e o MST foi amenizada quando passaram a ver os resultados das experiências dos acampamentos erguidos em alguns municípios do sudeste do Pará. O movimento sindical e as instituições parceiras viram que a estratégia do acampamento não tinha tantos riscos como pensavam, visto que as estratégias da *trincheira*, acometida pelos posseiros era solitária, contavam apenas com o companheiro ao seu lado, e as práticas dos acampamentos demonstraram ter um sentido inverso porque os grupos ficavam todo tempo unidos, incluindo as plantações nas roças, que aconteciam de maneira coletiva. Segundo Pereira (2013),

Montar acampamento próximo ou dentro de uma fazenda faz com que as ações dos trabalhadores rurais ligados aos STRs deixem de ser unicamente na área litigiosa, como nos anos de 1970 e 1980, e se constituam também no processo de pressão e negociação mais diretamente com o Estado [...] entendimentos compartilhados tanto pelos integrantes do MST quanto pelo movimento sindical (PEREIRA, 2013, p.212).

O acampamento apesar de também ser perigoso aos atentados dos pistoleiros do proprietário das terras e da PM passou a dar visibilidade social à luta pela terra, pois nesse modo a opinião pública formada através da mídia poderia ser algo negativo para o Estado e para os proprietários. Exemplo disso, o massacre de Eldorado do Carajás no ano de 1996 retrata bem essa realidade. A opinião pública através da mídia repugnou as atitudes do Governo Federal e do Estado do Pará nos tratamentos incorretos dado aos sem-terra. Foi a partir de então que uma série de mudanças governamentais foram implantadas para melhorar a qualidade de vida dos agricultores, nisso o processo de reforma agrária.

Nessa prática, que se realizava de forma diferenciada de ocupar a terra entre posseiros e sem-terra com o tempo foi estreitando a aproximação entre os movimentos sindical e o MST passando a trabalhar em algumas ações de mobilização em conjunto. No ano de 1997 representou um marco uma vez que essas organizações fizeram o primeiro acampamento conjuntamente. Acamparam em frente ao INCRA apresentando uma pauta comum de reivindicações, que em linhas gerais resumia-se na inserção de políticas públicas para melhorias nos Projetos de Assentamentos e desapropriações de novas áreas para a reforma agrária (PEREIRA, 2013).

Nas ações em conjunto dos trabalhadores Pereira (2013) relata que houve, trocas de experiências entre os agricultores da FETAGRI e do MST apoiados pela CPT. E assim as práticas de ambos os movimentos influenciaram entre si. Os STTR's foram os mais influenciados, porque, como relata Pereira (2013, p.209), “deixaram a

posição de apenas apoiadores da luta de posseiros e passaram a cadastrar as famílias sem-terras, a maioria delas da periferia da cidade, e assim reivindicando do INCRA, com base nesses cadastros” para terras a serviço da reforma agrária.

A troca de experiência também fez com que consolidasse não apenas as lutas de pautas comuns dos trabalhadores como aliados contra o Estado, mas também a palavra *acampar* antes utilizada somente pelos integrantes do MST passou a ser usada pelo movimento sindical que passou a empregar à prática do acampamento como “novas” estratégias de luta pela terra no sudeste do Pará. Como relata Pereira (2013):

Acampar em frente ou dentro de uma fazenda passava a significar, para o movimento sindical, uma forma de pressão ao INCRA e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para desapropriação do imóvel requerido, o assentamento das famílias e a destinação dos recursos necessários à implantação de estradas, escolas, energia elétrica etc. no assentamento então criado. O acampamento tornou-se uma ferramenta política importante não só para o MST, mas também para diversos STRs, e, sobretudo, para a FETAGRI-sudeste que reproduziu, em pequenas escalas, as experiências realizadas de ocupação do espaço em frente ao INCRA (p.210).

No final da década de 1990 as práticas de ocupação de terra pelos trabalhadores se misturaram num único sentido das reivindicações quanto nas exigências das políticas públicas. Assim passam a repercutir nacionalmente as diversas ações na imprensa propalando a participação de milhares de trabalhadores rurais denominando todos os trabalhadores rurais de “sem-terra” sendo estes assentados ou não do MST ou do movimento sindical (PEREIRA, 2013).

Do acampamento à ocupação de terra considera-se luta, porque é um embate ou um confronto com os grandes proprietários de terras e com o Estado. Um exemplo disso foi a manifestação iniciada de maneira pacífica com homens, mulheres e crianças do MST na PA-150 no dia 17 de abril de 1996. O Governador do Estado do Pará mandou uma tropa de policiais da PM para desobstruir a PA demonstrando total despreparo em lidar com os trabalhadores ao entrar em choque com os manifestantes, ocorrendo o assassinato de 19 deles e ferindo mais 69 (CPT, 2013). Esse episódio ficou marcado por ter chegado ao conhecimento nacional e internacional devido às fortes imagens gravadas e divulgadas pela mídia.

Vale apontar também que nessa época era grande a violência contra os trabalhadores rurais. A CPT registrou que no Estado do Pará ocorreram 687 assassinatos entre os anos de 1982 a 2008. Os ameaçados de morte não são apenas às lideranças sindicais ou de ocupações de terras, mas também os religiosos e

advogados das instituições parceiras como os agentes da CPT, se configurando a brutalidade dos donos de terras, em querer desorganizar a luta organizada a partir dos movimentos sociais do campo e daqueles que lhes defendem.

Também observamos ainda que no sudeste do Pará há tentativas de justificar para a sociedade a violência de policiais e pistoleiros empregada durante anos aos posseiros durante o regime militar. Mais recentemente, em 1990, já em regime democrático foi empregado o mesmo modelo de censura e de criminalização dos movimentos sociais do campo como relata Pereira (2013) quando afirma que lideranças vindas para Marabá com intuito de instalar a coordenação estadual do MST sofreram descriminação por parte da Polícia Federal na ação de imputar ao MST a “ação subversiva e guerrilheira no campo” prendendo estes trabalhadores, acusando-os de subversivos. Essas lideranças ficaram presas por três meses e as notícias dos jornais sensacionalistas aumentavam mais ainda a visão torpe aos movimentos do campo dizendo em seus escritos que as lideranças presas eram os novos guerrilheiros do sudeste paraense.⁷

Isso significa que os sem-terras se sobressaem ao se reinventar, adequando-se a novos rumos e a novas estratégias, para superação e potencialização das suas demandas nas lutas por terra, percebendo mudanças estruturais fundiárias. Os sem-terras resistem às tentativas de dominação hegemônica adotadas pelo Estado, em diversas fases históricas da região sudeste do Pará, porém os paradigmas que conduzem o sistema político agrário ainda são realizados até dias atuais.

E como reflexo da organização destes trabalhadores é importante ressaltar os atuais acampamentos de sem-terra representados pelo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Marabá (Tabela 01), observando que existem outras ocupações, porém não foram quantificados ou demonstrados, por compreendermos não fazer parte da amostragem desta pesquisa.

Tabela 01 - Acampamentos e ocupações no município de Marabá

Nome das ocupações e ano de início	Nome da Fazenda e Tamanho	Nª Famílias Acampadas	Situação atual
Nossa Senhora Aparecida	Itacaiúnas 9.927 ha	200	Área totalmente ocupada há mais de um ano. Posse na Justiça Federal, sem liminar.

⁷ Mais sobre essa ação da Polícia Federal contra o MST, ver o último capítulo de PEREIRA, Airton dos Reis. A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

Ano 2009			Processo de desapropriação suspenso por decisão da Justiça Federal.
Cristo Rei Ano 2005	Tibiriçá 2.936 há	70	Área totalmente ocupada há mais de 10 anos. Processo na Justiça Federal com Liminar suspensa. Procuradoria mandou arquivar processo de desapropriação.
Quilombo dos Palmares (Balão II) Ano 2004	Cigana II 1.154 há	30	Área totalmente ocupada há mais de 10 anos. Processo na Vara Agrária com Liminar suspensa. Processo parado no INCRA.
São João Ano 2008	Fazenda São João 3.000 há	65	Famílias acampadas em parte da fazenda. Processo na Vara Agrária com Liminar para cumprimento. Processo arquivado no INCRA.
Piranheira Ano 1994	Piranheira 10.000 ha	196	Área totalmente ocupada há mais de 20 anos. Sem processo na Justiça Federal. Processo parado no INCRA.
(?) Ano?	Castanhal Lagedo 3.077 há	61	Área totalmente ocupada há mais de 10 anos. Reintegração de posse extinta na Vara Agrária. Processo parado no INCRA.
Ano 2014 Bom Futuro	Bom Futuro 2.500 ha	30	Acampamento fora da fazenda. Liminar de interdito na Vara Agrária. Pedido de vistoria no INCRA.
TOTAL	32.594 há	652	

Fonte: CPT/FETAGRI (2014). Organização da autora.

Na tabela 01, apresentamos os dados referentes às ocupações e acampamentos do município de Marabá ligados ao movimento sindical, demonstrando mais de 600 famílias, almejando a desapropriação de mais de 32 mil hectares de terras, sob o domínio de sete supostos donos, (ou um pouco mais, por existir caso de proprietários com sociedade) número irrisório se comparado com a quantidade de famílias que será beneficiada, após a divisão das fazendas.

Ainda referente a tabela, observamos o período de reivindicação das famílias, evidenciando na sua maioria, mais de cinco anos que estão ocupando a propriedade por completo ou parcialmente. Isso demonstram a opção da estratégia de ocupar a propriedade e fazer as divisões dos lotes, para iniciarem a suas produções, algo inevitável, considerando a morosidade da Justiça e os meios de sobrevivências no acampamento.

A reivindicação por divisão de terras iniciadas a partir das ocupações na época dos posseiros e dos acampamentos como estratégia dos anos 1990 no município de Marabá, configura-se em pressão ao Governo Federal, para criações dos Projetos de Assentamentos, contudo tem saldo positivos, observemos na Tabela 02;

Tabela 02 - Projetos de Assentamentos no Município de Marabá

Década	Números de PA	Porcentagem dos 78 assentamentos	Criados após ocupação	Criados pelo o Governo	Tamanho da área em há	Quantidade de famílias Assentadas
--------	---------------	----------------------------------	-----------------------	------------------------	-----------------------	-----------------------------------

				sem ocupação		
2000 - 2013	29	37%	100%	-	107.710,52	1.863
1990	44	56%	100%	-	196.455,09	4.267
1970 - 1980	05	7%	100%	-	117.063,36	1.253
Total	78	-	-		421.228,97	7.383

Fonte: INCRA/SIPRA (2014). Organização da autora.

Em linhas gerais, a tabela (2) representa a eficácia ou os resultados das ocupações, como estratégias da luta pela terra no município de Marabá, ao beneficiar mais de sete mil famílias em 78 projetos de assentamentos, re-dividindo uma área com mais de 400 mil hectares, concentrados nas mãos de poucos empresários abastados.

Diante disso não podemos negar o processo da reestruturação fundiária efetivada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais na região no enfrentamento direto com os supostos proprietários ou até mesmo com o Estado, organizados em movimentos sociais do campo. Muitos são os Projetos de Assentamentos a partir dessa luta dos trabalhadores e trabalhadoras. Embora não seja uma reforma agrária efetiva como almeja os movimentos sociais do campo, foi por meio da luta dos trabalhadores que Governo Federal desapropriou grandes imóveis improdutivos e ali assentou milhares de famílias.

O Projeto de Assentamento é marcado por lutas iniciada em meio de condições degradante para se manter acampados, e este por sua vez, tendo como principal objetivo a ocupação de toda a propriedade e dividir seus lotes por iniciativa própria, e fazer as plantações de roças (arroz, milho e mandioca e outros) e as pequenas criações (galinha, porco etc.) e desta, retiram o sustento da família.

CAPÍTULO 3

O CASO DO ACAMPAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA

Nesse capítulo analisaremos as práticas dos acampados sem-terra do Acampamento Nossa Senhora Aparecida. Este acampamento iniciou no ano de 2009 com cerca de 200 famílias ligadas ao STTR de Marabá numa área localizada na fazenda Itacaiúnas, há 70 quilômetros da sede do município de Marabá, nas proximidades da Vila Itainópolis.

Em nossa análise temos como intencionalidade demonstrar as realidades do acampamento tais como as vivências dos acampados, as estratégias da luta pela terra, perpassando pelos os seus arranjos estruturais e a disputa física e judicial com os proprietários do imóvel. Procuraremos, sobretudo, compreender as principais motivações das famílias acampadas na luta pela posse da terra.

Um acampamento em frente ou dentro de um imóvel rural é considerado pelos sem-terras e pelas organizações do movimento sindical como uma ação estratégica de reivindicação para a divisão e a posse da terra. É uma ação em defesa e pela a conquista da terra para o trabalho e moradia das famílias de trabalhadores (como exposto no segundo capítulo deste trabalho).

No Acampamento Nossa Senhora Aparecida, a luta dos trabalhadores é de resistência diária. Resistem não apenas as ofensivas da milícia armada da fazenda, mas também as condições precárias, relacionada à alimentação, à saúde, ao trabalho, à moradia e, principalmente, a incerteza do ficar ou não com a terra.

3.1 Propriedade reivindicada: a Fazenda Itacaiúnas

O imóvel almejado pelo os acampados é a fazenda denominada Itacaiúnas e tem como suposto proprietário o Sr. Mauricio Assunção Resende. Depois do decreto de desapropriação da área pelo INCRA, em 2010, a fazenda passou a contar nos autos do processo de desapropriação como o nome de comprador, o proprietário-sócio denominado de empresa Agropecuária Santa Barbara Xinguara S.A., que segundo informações cartorárias (matrícula 7.503, folha/verso 2) do processo construído pela CPT de Marabá (2003), consta-se que a empresa comprou a propriedade pelo valor total de 27.000.000,00 (vinte sete milhões de reais), a

15.000,00 (Quinze mil reais) por alqueire. Este valor teria sido pago em março de 2008, sendo 10.000.000,00 (Dez milhões de reais) como entrada e o restante divididos em dez parcelas durante dez anos, ou seja, entre o período de 2008 e 2018.

Ao analisar os documentos cartorários, elaborados em 23 de julho de 2010, no processo de compra da referida fazenda, contendo as datas de pagamentos e transferências de nomes, foi possível constatar que as datas de compra foram retroagidas. Percebemos que o registro em cartório foi elaborado quatro meses depois do decreto de desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária.

Santa Barbara Xinguara S.A. é uma sociedade de empresários, tendo como principal acionista o Banco Opportunity. Daniel Dantas é o sócio majoritário desse banco e é apontado nos processos da operação da Polícia Federal denominada *Sathiagraha*, em março de 2008, como um dos principais negociadores da compra de diversas fazendas no Estado do Pará para lavagem de dinheiro público, entre elas a fazenda Itacaiúnas, especializada em criação de bezerros, os quais são encaminhados para engorda em outras fazendas do grupo. No documento de escritura cartorária da fazenda, o nome encontrado é de Carlos Bernardo Torres Rodenburg, sócio e ex-cunhado de Daniel Dantas, que aparece como fiador do grupo Santa Barbara.

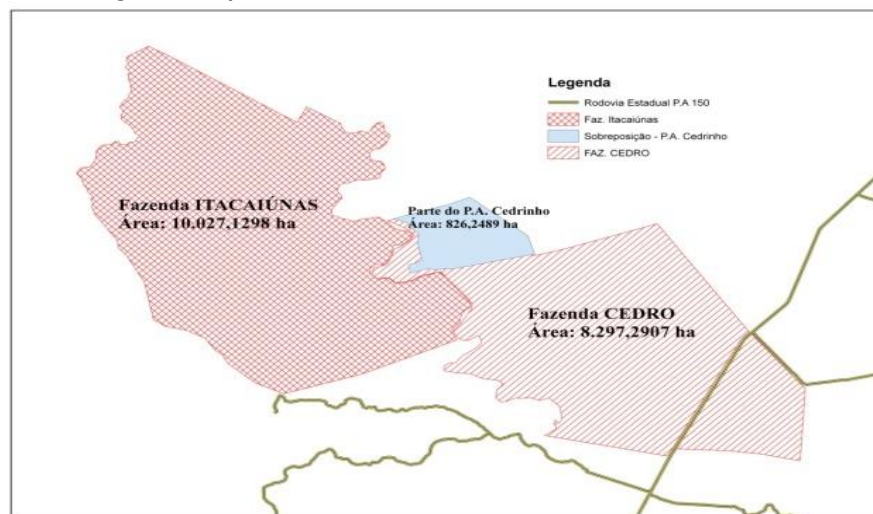
Segundo o relatório do Greenpeace, denominado de “Farra do Boi na Amazônia” (2009), a Agropecuária Santa Barbara é uma das maiores empresas pecuaristas do Pará, possuindo várias fazendas no sul e sudeste do Estado, controlando mais de 500 mil hectares de terra e um rebanho de meio milhão de cabeças de gado.

A fazenda Itacaiúnas, reivindicada pelos os sem-terras do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, confere uma área de mais de dez mil hectares, medido pelo INCRA. Em escritura cartorária, registra-se nove mil, novecentos e vinte e sete hectares, quarenta e oito ares e seis centiares (9.927,486 ha), demonstrando contradição nas medidas, mas ainda assim é considerada de grande extensão.

Quer dizer, a fazenda Itacaiúnas é quase três vezes maior do permitido pela a Lei de Terras de nº 913, de 1954, do Estado do Pará, quando garantia o aforamento de terras com tamanho limite a cada requerente uma área de 3.600 hectares. Atualmente o módulo fiscal de Marabá é 70 hectares. A partir deste parâmetro se faz classificações dos imóveis rurais quanto ao tamanho, considerando pequena

propriedade a área entre quatro e quinze módulos fiscais. Somente a fazenda Itacaiúnas tem mais de 150 módulos fiscais.

Figura 01. Imagem do perímetro da Fazenda Itacaiúnas e Fazenda Cedro.



Fonte: INCRA, (2010).

Observa-se, na figura 01, o perímetro da fazenda Itacaiúnas e da fazenda Cedro, ambas do grupo Santa Barbara. Ao seu meio pode-se observar o Projeto de Assentamento Cedrinho, área visivelmente menor, com pouco mais de 800 hectares. Esse Projeto de Assentamento tem o número de 65 assentados da reforma agrária. No entanto nos faz refletir sobre a presente disparidade, não somente nos mecanismos para os meios de produção, mas também nas extensões de terras, e na quantidade de famílias beneficiadas.

3.2 Reivindicações pela desapropriação

Em 2010, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Marabá (SEMMA) flagrou na fazenda Itacaiúnas com prática do desmatamento ilegal, com a derrubada de diversas castanheiras, espécie protegida por Lei.⁸ Esta consta na lista de espécies florestais ameaçadas de extinção no Brasil. As denúncias ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) e à SEMMA partiram do STTR de Marabá e da CPT. Estas entidades informaram que as árvores estavam sendo derrubadas e serradas no local e levadas em carretas tipo gaiola para outras regiões e até para fora do Brasil. A outra

⁸A Assembleia Legislativa do Estado do Pará estatuiu e sancionou a Lei nº 6.895, de 1 de agosto de 2006 no Art. 1º, declarando a preservação permanente, de interesse comum e imune de corte a castanheira, (*Bertholletia excelsa* H.&.B), no Estado do Pará, conforme o disposto nos artigos 1º, § 2º, II, 3º, 4º e 7º da Lei Federal nº4.771, de 15 de setembro de 1965.

parte era transportada de barco pelo Rio Vermelho, por margear a propriedade para não chamar à atenção das autoridades (STTR, 2010; CPT, 2010).

Neste caso o grupo proprietário da referida fazenda descumpriu as determinações dadas em relação à preservação do meio ambiente, obrigatoriedade do aproveitamento consciente e da utilização adequada dos recursos naturais disponíveis na propriedade. Não cumpriram a função social (descrita no art.5, XXIII da Lei de Terras de nº 8629, de 25/02/93) e dessa forma, a propriedade ficou passível à desapropriação para fins da reforma agrária ao cometer crimes ambientais por não deixar o limite legal de 80% definido pelo Código Florestal em áreas com florestas nativas.

Os acampados organizados através do STTR, da FETAGRI e da CPT, fizeram todos os levantamentos sobre o cumprimento da função social do imóvel repassando para o INCRA as informações relativas ao interesse pela a área. Com base na avaliação do órgão, ao constatar o descumprimento da função social (Art.186 da CF/88), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) definiu a fazenda como uma grande propriedade improdutiva. Posteriormente, veio o decreto de desapropriação anunciado pela Presidência da República o qual foi publicado no Diário Oficial da União no dia 19 de março de 2010. Em 21 de setembro daquele ano, o INCRA fez outra avaliação dos direitos de indenização dos proprietários referente às benfeitorias, orçado no valor de 17 milhões de reais.

3.3 Embate jurídico

Embora existindo as leis em papéis referente à reforma agrária, das quais legalizam e garantem a distribuição de terras pelo não cumprimento da função social, no caso da fazenda Itacaiúnas, o embate jurídico entre os proprietários, o INCRA e os sem-terra foi inevitável. Em entrevista com José Batista Afonso, agente e advogado da CPT, um dos acompanhantes do processo jurídico da fazenda Itacaiúnas em favor dos acampados, relatou sobre o encaminhamento da ação de desapropriação, na Casa Civil, da Presidência da República. Segundo ele, após esses trâmites, faltava apenas a emissão de posse para criação do Projeto de Assentamento na área. No entanto destaca:

Foi inclusive emitida a ordem de emissão de posse da área pela a Justiça Federal, só que num momento de consumir o assentamento, de finalizar [...] a Santa Barbara entrou com uma ação declaratória de produtividade perante a Justiça Federal alegando que a área não era improdutiva, requerendo que a Justiça Federal determinasse que um perito fizesse a avaliação do imóvel

para ver se realmente era improdutivo ou produtiva (José Batista Afonso, advogado da CPT, entrevistado em 06/10/2015).

A Justiça Federal acatando o pedido, permitiu um perito de sua instância fazer uma nova avaliação da propriedade. O laudo deste perito demonstrou a produtividade do imóvel, e avaliado no valor de 42 milhões de reais, diferença de 25 milhões a mais do valor estabelecido pelo INCRA. José Batista, advogado da CPT ressalta que, com base no laudo do perito da Justiça Federal, a Agropecuária Santa Barbara entrou com recursos requerendo a suspensão da ação de desapropriação, que considerava o imóvel improdutivo.

A Justiça Federal atendeu ao pedido e suspendeu a emissão de posse do INCRA. Por desconsiderar as decisões dos outros órgãos federais (o INCRA e o MDA) com relação à desapropriação do imóvel, criando assim um impasse entre esses órgãos. Tudo isso retardou mais ainda o processo de desapropriação da fazenda Itacaiúnas, ficando parado até o exato momento.

Ainda segundo o agente da CPT, o INCRA busca fazer as negociações diretamente com o grupo Santa Barbara tentando encontrar uma forma de estabelecer o acordo de desapropriação ou de compra do imóvel. Contudo, segundo ele, nada ainda foi finalizado e nem protocolado na Justiça. Dessa forma, os acampados ficam na expectativa em relação a algumas determinações do INCRA, porém, também, refazendo suas estratégias de pressão.

3.4 Fatos marcantes do acampamento e os desafios dos acampados

Em 2009 quando cerca de duzentas famílias de sem-terra montaram acampamento em frente à fazenda Itacaiúnas foram formados três grupos. O local escolhido foi um terreno onde a ELETRONORTE exerce o direito de servidão. Uma pequena faixa de terra, pouco mais de quatro hectares, onde passa uma linha de transmissão de energia elétrica, de alta-tensão, entre Marabá e Carajás e os trilhos de trem de minério de ferro da companhia VALE.

A trajetória da maioria das famílias até chegar à frente da fazenda Itacaiúnas e montarem acampamento é variada, porém todas com o mesmo significado: a busca pela terra em razão da falta de oportunidade na cidade relacionado ao emprego e à moradia.

Em entrevista com os sem-terra no acampamento, nos relataram sobre a formação ou constituição de parte dos três grupos acampados. Segundo eles, deu-se

a partir da proveniência de outras ocupações, das quais foram despejados ou saíram por divergências políticas dentro do grupo de acampados.

No ano de 2009, o primeiro grupo dos três, chegaram em frente à fazenda Itacaiúnas coordenados pelo o senhor conhecido como *Raimundão*, grupo denominado de “Acampamento Nossa Senhora Aparecida”. O Sr. Raimundo esteve por um período como liderança do Acampamento Quilombo dos Palmares, na fazenda Balão II, saindo por divergências internas, indo fazer acampamento na fazenda Pequizeiro, do qual saiu novamente, devido outras desavenças internas. Com o Sr. Raimundo saíram também algumas famílias, ficando sem moradia na cidade de Marabá e optando por fazer acampamento em frente ao INCRA (SR-27), na Praça do Mogno. Lá ficaram acampados por um período de quase um ano.

No ano de 2009 foram para frente da fazenda Itacaiúnas tendo o apoio da FETAGRI, do STTR e da CPT. Mauricio Assunção Resende, ao fingir-se, ainda ser proprietário do imóvel, de imediato registrou o boletim de ocorrência datado do dia 19 de fevereiro de 2009, afirmando sobre a presença dos sem-terra em parte de sua propriedade, e exigindo a liminar de despejo.

A CPT na defesa dos acampados descreve no processo de desapropriação (nº 3220-21.2013-4.01.3901. fl. 15) que os requeridos sem-terra “estão ocupando, é exatamente a área em que a empresa concessionária ELETRONORTE exerce o direito de servidão. E não no interior da fazenda como alega o requerente” (CPT, 2010). A liminar de despejo não foi concedida por ser entendido pela Justiça da Vara Agrária de Marabá que a área onde os sem-terra montaram acampamento não pertencia ao Mauricio Assunção Resende.

No ano de 2010, o acampamento Nossa Senhora Aparecida continha cerca de 100 famílias. A propriedade reivindicada, depois de dividida, calculava-se o assentamento de 200 famílias em lote de 50 hectares cada. Neste mesmo ano havia diversas ocupações no do sul e sudeste do Estado, sendo que seis imóveis do Grupo Santa Barbara estavam ocupados por sem-terra ligados ao MST e ao movimento sindical.

O grupo Santa Bárbara pediu liminar de despejo, exigindo na Justiça a retirada por força policial dos sem-terras em suas fazendas, no caso de Marabá, a Fazenda Itacaiúnas, mesmo os sem-terras estando acampados em baixo dos linhões da ELETRONORTE. A juíza da Vara Agrária de Marabá negou o pedido de liminar de

despejo das famílias, mas o Tribunal de Justiça do Estado invalidou a decisão da juíza e autorizou o despejo (CPT, 2010).

Para não haver conflito na ação de despejo e tantas famílias desamparadas, os movimentos sociais do campo (representando os acampados ligados ao MST e FETAGRI) sabendo da grande extensão de terras de três propriedades da Santa Barbara fizeram propostas para um acordo.

O acordo proposto para o INCRA e o grupo Santa Barbara, perante a Ouvidoria Agrária Nacional, seria que os sem-terras desocupariam três fazendas do grupo (Porto Rico, Espírito Santo e Castanhais), desde que o INCRA assentasse os mesmos ligados ao MST, acampados nas fazendas Cedro e Fortaleza, também do grupo Santa Barbara e os acampados na Fazenda Itacaiúnas, ligados ao movimento sindical. No momento todos os presentes aceitaram a proposta, inclusive os representantes legais do grupo Santa Barbara e o acordo entre as partes foi então fechado (CPT, 2010).

Os acampados nos imóveis com liminar de despejo adotariam o direcionamento empreendido pela FETAGRI e do MST (estando no imóvel da Santa Barbara ou não). Com isso os acampados se retiraram, e se deslocaram para aquelas áreas que seriam desapropriadas conforme o acordo. No entanto, o Grupo Santa Barbara não assinou o acordo depois da saída das famílias dos imóveis, desautorizando as propriedades para fins de reforma agrária e de certa forma, travando também, o trabalho do INCRA na criação dos Projetos de Assentamentos.

Acontece que nesse acordo firmado com a Ouvidoria Agrária Nacional, haviam outros imóveis ocupados por sem-terra que não pertenciam ao grupo Santa Bárbara. Diversos sem-terra de outras ocupações com liminar de despejo seguiram para fazenda Itacaiúnas. Dessa forma dobrando o número de famílias acampadas em frente ao imóvel, organizados em grupos, coordenados pelo o STTR de Marabá com apoio da FETAGRI e da CPT.

Foi dessa forma que outras famílias com a ameaças de despejos chegaram em frente à fazenda Itacaiúnas como foi o caso das famílias acampadas nas fazendas Balão III e IV e na Estrela da Manhã. Essas famílias se retiraram de seus locais, porque havia liminar de despejo concedida pela justiça e a Polícia Militar já tinha sido requerida para ajudar a cumprir a ação de reintegração de posse. Para não crescer maiores contrariedade de um despejo por força policial, como conta os acampados, os mesmos obedeceriam ao acordo e se juntariam aos acampados da fazenda Itacaiúnas, sabido até então, da desapropriação desta a partir de acordos.

O número de ocupantes da fazenda Balão III e IV era de somente 57 famílias. Esta propriedade está situada no município de Marabá tendo como suposto proprietário o sr. Azis Mutran. As famílias da área Balão estavam ocupando toda a área da fazenda e exercendo suas plantações agrícolas. Ao serem remanejadas para frente da fazenda Itacaiúnas, as famílias foram indenizadas pelas suas plantações, acordo também feito com o proprietário. Chamava-se Santa Luzia essa ocupação. Os sem-terra estavam no local desde o ano de 2007 após se retirarem de um acampamento formado na Praça do Mogno, em frente ao INCRA como foi o caso do acampamento Nossa Senhora Aparecida.

O outro grupo remanejado para fazer acampamento em frente à Itacaiúnas provinha da fazenda Estrela da Manhã. O Acampamento era formado por 37 famílias e era conhecido também pelo o nome da propriedade (Estrela da Manhã). A coordenação era exercida pelo o Sr. Valdemar Oliveira Barbosa, conhecido por Piauí.⁹

A fazenda Estrela da Manhã situava também no município de Marabá. Durante o processo somente 27 das 37 famílias acampadas, foram para frente da fazenda Itacaiúnas. Segundo relatos dos acampados, eles estavam reivindicando a fazenda Estrela da Manhã desde julho do ano de 2006. O Sr. Valdemar, o Piauí, morava no núcleo denominado como Nova Marabá na Folha Seis, no município de Marabá, o mesmo, faziam cadastro de famílias carentes desta referida localidade, em sua maioria, famílias sem renda, emprego e moradia ou eram agregados em casas de parentes ou moravam de aluguel.

Dessa forma se deu o processo de junção ou chegada da maioria dos acampados em frente à fazenda Itacaiúnas. No entanto, sendo divididos em três grupos, com algumas famílias descendentes dos mencionados grupos provindos de outras ocupações e acampamentos. Esses se integraram aos grupos posteriormente, apresentados por algum conhecido acampado ou pelo STTR/FETAGRI, ocupando ou

⁹ O Sr. Valdemar Oliveira Barbosa foi assinado no dia 25 de agosto de 2011, no Bairro São Felix, cidade de Marabá. Nesse período era coordenador de um grupo de sem-terra da Fazenda Califórnia, do município de Jacundá (PA). De acordo com as informações divulgadas pela CPT, o seu assassinato está ligado a tentativa de ocupação da Fazenda Califórnia pelos sem-terra coordenados por Piauí. Cf. CPT. Liderança de ocupação é assinada em Marabá. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/770-lideranca-de-ocupacao-e-assassinada-em-maraba>. Acessado em 29/09/2015; G1. Sindicalista é morto por pistoleiros em Marabá, diz Pastoral da Terra. 25/08/2011. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/08/sindicalista-e-morto-por-pistoleiros-em-maraba-diz-pastoral-da-terra.html>. Acessado em 29/09/2015.

substituindo vagas também de acampados desistentes. E atualmente o número total é de duzentas famílias cadastradas.

Mais uma vez achamos ser importante reafirmar, que o Acampamento Nossa Senhora Aparecida¹⁰ é formado por três grupos de acampados sem-terra, ligados ao movimento sindical, cada um com coordenação distinta, vindos de ambientes e situações diferentes, porém com os mesmos objetivos.

3.5 Organização interna do acampamento

Anteriormente já citamos a ligação dos acampados da Fazenda Itacaiúnas ao STTR de Marabá e tem como parceiro a Comissão Pastoral da Terra. As instituições contribuem no acampamento Nossa Senhora Aparecida com orientações aos sem-terra, pautando sobre os direitos dos acampados, do sentido da luta e da resistência. E utiliza-se principalmente como metodologia, as oficinas e palestras no local e algumas fora do acampamento.

Normalmente as lideranças dos grupos de acampados são convidados a participar constantemente de momentos de formação com as entidades parceiras: tais como cursos e palestras em outros municípios e até mesmos em outros Estados. As despesas sendo custeadas. Tudo isso com intuito de aprimorar o diálogo dos coordenadores com os acampados e, conseqüentemente, fazer o melhor trabalho de conscientização e organização deles.

Os coordenadores do acampamento Nossa Senhora Aparecida são os responsáveis pela a representação dos acampados diante das diversas instituições, sejam elas entidades de mediação (STTR, FETAGRI, CPT) ou instituições do Estado como o INCRA, prefeitura municipais entre outros. Esses coordenadores são escolhidos pelos os próprios acampados. Geralmente é uma pessoa destacada pela boa comunicação e ótimas relações políticas com as instituições ligadas aos movimentos sociais do campo e deve se disponibilizar a dividir as responsabilidades de um acampamento de sem-terra com as instituições.

¹⁰Embora o acampamento seja formado por três grupos de diferentes localidades, é conhecido pelas instituições ligadas aos sem-terras por esse nome fora do local do acampamento. Um dos motivos do emprego do nome 'Acampamento Nossa Senhora Aparecida' de forma generalizada é devido ser considerado a maneira mais simples de identificação dos acampamentos, por compartilharem espaço comum e reivindicar a mesma propriedade, e também, na tentativa de diminuir as diferenças e as tensões entre os próprios grupos. E assim, afirmamos que neste trabalho nos também, ao utilizar o nome 'Acampamento Nossa Senhora Aparecida' de maneira geral, não significa a negação da existência de outros grupos ou mesmo a singularidades de cada um.

Os coordenadores por ser representantes dos sem-terra, são sempre os primeiros a ser chamados para delegacia quando algo de desagrado dos “proprietários” acontece, mas os mesmo sempre contam com o apoio da assessoria jurídica da CPT e do Sindicato. Essas entidades estão sempre atentas a qualquer ofensiva dos proprietários ou de seus seguranças. Dessa forma, os coordenadores ao assumir em frente, não se sentem sozinhos e a partir de orientações são encorajados na tomada de decisões necessárias para conseguir a divisão de terra.

A coordenação depois de eleita ou escolhida, deixam os cargos apenas quando a comunidade indicar em assembleia outros coordenadores ou se a própria pessoa renunciar. Não acontecendo nenhuma das situações os mesmos ficam coordenando os acampados até a criação do Projeto de Assentamento.

3.6 Regras de convivência no acampamento

Como forma também de organização do acampamento, as coordenações conjuntamente com o STTR e os acampados, elaboram regras para o bom convívio do grupo. E uma espécie de regimento interno aprovados pelos grupos de sem-terra mediante a assembleia no início do acampamento. O Regimento do Acampamento Nossa Senhora Aparecida tem vinte pontos, mencionados como regras de boa convivência. Dentre esses, dez pontos são específico do acampamento e outros dez pontos são regras para a época da ocupação da propriedade. Os dez principais pontos do acampamento elaborado no ano de 2010 são;

1ª O acampamento *Nossa Senhora Aparecida* é de inteira responsabilidade do STTR de Marabá;

2ª A Coordenação do acampamento fará uma checagem geral em conjunto com o Sindicato da relação de todos os cadastrados no acampamento, e elaborará com aprovação da assembleia a lista definitiva dos acampados;

3ª A coordenação juntamente com o STTR fará uma triagem em todos os nomes dos acampados até mesmo dos conjugue, no INCRA, verificando se o mesmo já foi assentado em algum projeto de assentamento, se encontrarem algum cadastro o acampado perderá todos os direitos.

4ª Todos os acampados que têm amasio (a) ou é casado deverão fazer os cadastros com os documentos dos dois ou o INCRA não fará o cadastro.

5ª A Coordenação organizará o sistema de saídas dos acampados para trabalhar ou para outras necessidades, sendo que, o limite máximo de ausência será de 10 dias. O primeiro grupo só poderá retornar ao trabalho depois que o último grupo retornar ao acampamento;

6ª É proibido a venda e o consumo de bebidas alcoólicas no acampamento e especialmente nas reuniões, se for sócio ou titular chamaremos para conversar, e se for visitante convidamos para retirar-se da área, exceto nos dias festivos com autorização da coordenação. O acampado que for pego embriagado no acampamento, será uma primeira vez advertida; uma segunda vez será suspensa por 10 dias; e na terceira vez será expulso do acampamento;

7ª Toda denúncia de irregularidades ou ilegalidades cometidas por qualquer acampado terá que ser apresentada, preferencialmente por escrito, diretamente à coordenação do acampamento ou ao STTR de Marabá, que tomarão as devidas providências;

8ª O acampado que apresentar qualquer denúncia a um órgão público sem ter dado conhecimento à coordenação do acampamento, será excluído do acampamento;

9ª Quem apresentar denúncia em que ficar comprovada a má fé ou interesse em prejudicar a organização interna do acampamento também sofrerá a mesma sanção acima descrita;

10ª Será considerado apto a receberem lotes no futuro assentamento: as famílias acampadas no atual acampamento *Nossa Senhora Aparecida* e aquelas indicadas nas vagas reservadas ao STTR (STTR, 2010).

Um dos pontos mais conversado e causador de preocupação entre a organização sindical e os acampados, é artigo 6º do Regimento do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, ao determinar sobre a venda e uso de bebida alcoólica. Sendo expressamente proibido a venda e o consumo de bebida alcoólica dentro do espaço do acampamento, ou até mesmo chegar embriagado. Todos esses cuidados porque, segundo eles, o consumo exagerado do álcool é um dos maiores causadores de desavenças entre as pessoas e no acampamento não é diferente.

As regras organizadas e seguidas pelos acampados revelam a organização da convivência social. A mesma tem o objetivo de dificultar ou evitar desarmonias entre os acampados. E aquele que desobedecer às regras do regimento interno, existem algumas medidas punitivas em últimos dos casos, o 'infrator' é convidado a retirasse do acampamento e o seu nome é excluído do cadastro, como mencionados no regimento interno do acampamento.

Inicialmente, cada grupo faz reunião de avaliação quinzenalmente. Caso haja descumprimento do regimento ou algo ferindo os princípios dos acampados, como exemplo, espancamento de mulheres, uma decisão de imediato entre a coordenação deverá ser tomada. Em entrevista os acampados relembram a ocorrência de três casos de espancamento de mulheres no acampamento, onde dois dos maridos foram expulsos e um, por decisão de sua esposa por ter lhe perdoado, ficou no local, mas o grupo adverti-o, sobre uma outra ocorrência do tipo, ele devia se retirar do acampamento.

A expulsão ou a advertência de uma pessoa de qualquer dos três grupos é realizada a partir de decisão em assembleia entre todos os presentes, ao realizar avaliação ouvindo as partes afetadas ou acusadas para se tomar a melhor decisão. Existem alguns casos, levados para os STTR, FETAGRI ou CPT resolverem, como por exemplo, quando há separação de casais e se os mesmos não chegarem a um

acordo sobre o cadastro. Ou seja, o cadastro da família é feito apenas no nome de umas das partes. O sindicato faz uma espécie de acordo entre os dois, declarando a divisão em partes iguais ao ganharem o lote.

As reuniões ou assembleias acontecem no barracão, construído pelos acampados para essa função, o mesmo também serve como sala de aula. A reunião é geralmente com as instituições e entidades ou instituições parceiras. As quais lhe trazem informações do andamento processual jurídico relacionado a desapropriação da fazenda reivindicada ou mesmo formação de cunho político e organizacional do acampamento, ocorrendo inicialmente pelo menos uma vez por mês.

3.7 Espaço físico e moradia

O espaço físico do acampamento é organizado a partir de casas ou barracos como é chamado pelo os acampados, e está num espaço reduzido, lado a lado e umas de frente para outras. No acampamento aconselha-se a proximidade das casas, para melhor ser o controle das regras do acampamento e por questão de segurança, em caso de ofensivas da milícia do fazendeiro. E por se tratar de um acampamento nas margens de uma estrada com grande fluxo de pessoas.

Os acampados moram em pequenas barracas, construídas de palha do coqueiro do Babaçu¹¹. No período chuvoso o telhado é coberto de lona, na maioria das vezes, doados pelo o INCRA ou o Sindicato. Os espaçamentos das casas variam, entre 4 a 5 metros de comprimento a 4 metros de largura. Sem compartimentos, ou quando tem uma divisória é apenas um quarto, dividido por cortinas de tecido do restante da casa.

No espaço de uma casa vivem famílias de quantidade variada, entre 2 a 5 membros. Porém há casos de se encontram apenas uma pessoa residindo num barraco, na maioria das vezes, em virtude do companheiro e ou companheira estar em outros lugares exercendo atividades remuneradas ou mesmo casos de filhos que ficaram na casa de parentes ou conhecidos na cidade para estudar ou trabalhar.

¹¹ O babaçu é uma espécie de palmeira da Amazônia. Pode ser utilizado para diversas finalidades. Como por exemplo; as palhas serve para a construção de casas e para a produção de artesanato, e o coco pode ser transformado em carvão, e para fins energetico, e a semente serve para a produção de óleo ou leite, para a alimentação e remédios (MEIRELLES FILHO, 2004).

Dessa forma justifica a ausência de parte da família no acampamento, pela a necessidade de manterem seus familiares acampados.

Os acampados analisam suas moradias, configurado em local provisório e se adaptam com a situação desconfortável porque tem a esperança de uma moradia melhor em seus lotes o mais breve possível, por suas esperanças do ganho da terra ser renovado a cada mês.

3.8 Trabalho e alimentação das famílias

Até o acesso à terra os acampados enfrentam muitos desafios principalmente, no suprir de necessidades básicas. No acampamento vivem numa conjuntura de submissão, porque o espaço onde convivem não lhes permite cultivar uma produção sustentável devido ao tamanho. E declina na submissão ao exercício de atividades temporárias em fazendas de pequenos ou de médios proprietários. E exercem a função de empreiteiros, apesar de receberem recursos de programas governamentais.

Para se manter como acampados, eles mantêm sua alimentação através de ajuda de parentes residente na cidade ou de programas de assistência do governo (bolsa família, bolsa escola, aposentadoria). O INCRA também repassa cesta básica que os alimentam por poucos dias, dependendo do número de membro na família, esta dura menos de quinze dias. Abaixo um acampado reforça sobre essa questão:

[...] nós estamos em uma área pequena que não tem como fazer plantio pra nossa alimentação, então ficamos esperando cesta básica dada pelo o INCRA que é feita de dois litros de óleo, dois pacotes de arroz de cinco quilos, duas quartas de café, dois pacotes de leite em pó e um de feijão e farinha que dura quinze dias ou até menos dependendo do tamanho da família [...] (Manoel Floriano, entrevista cedida em 10/12/2010).

E para complementar a alimentação em geral os homens acampados, necessitam procurar outras fontes de renda para subsidiar a sua alimentação, e efetuam trabalhos temporários em propriedades de pequeno e médio porte, como limpeza de pasto, fazendo cerca de arame entre outros.

É um ganho de pouco dinheiro que compra o necessário para alimentar a família. Eles são obrigados a se submeterem a trabalhos degradantes de roço de juquira para proprietários de terras, com diárias em quantia (25 reais) inferior ao normal (30 a 40 reais), por essas diárias eles começam a trabalhar seis horas da manhã, parando apenas para o almoço preparado por eles mesmos, com intervalo de uma hora e meia a duas horas. E ao voltar ao serviço parando apenas às 17 h.

Como é o trabalho nas propriedades? [...] isso aqui é doído minha bichinha, olha a minha mão... (mostra as palmas das mãos grossas com calos enorme, ferida das bolhas dos calos estourados), aqui alguns fazendeiros são é muito ruim... eles paga barato o nosso trabalho porque sabe que a gente não tem outra opção e precisamos comer [...] (João Batista de Oliveira Pontes, entrevista concedida em 01/11/2010).

No relato acima, o acampado demonstra completa indignação pela exploração sofrida, realizada por parte dos proprietários de terras vizinhas do acampamento, por desvalorizar sua mão de obra, os inferiorizando, por serem componentes de um acampamento. Para tanto os acampados não vislumbram melhores opções de maiores ganhos e se submetem aos valores oferecidos pela a sua mão de obra.

Dentro do acampamento ou mesmo numa distância de cinquenta metros observamos também como complemento à alimentação, pequenos plantios de agricultura, realizados por algumas mulheres provedoras da família em conjunto com seus filhos.

Num espaço de pouco mais de meio hectare, encontra-se de forma consorciada o milho, feijão, abóbora e a mandioca e algumas verduras, como coentro, cebolinha, alface, couve. E em alguns quintais ou mesmo soltas pelo o acampamento, avista-se criações de galinhas. Toda essa produção é somente para complementar a alimentação individual de cada família. Os plantios ou as criações é uma atividade de poucos acampados, devido ao espaço pequeno do acampamento.

É possível perceber nas narrativas dos acampados as limitações relacionadas a alimentação adequada familiar. Os mantimentos são os básicos, arroz e feijão, bastante economizados, principalmente se a família for grande. Existem casos de famílias, não ter nada para fazer no almoço ou na janta, em certos dias, porém, receberam ajuda de outras famílias acampadas.

Dentro do acampamento apesar de algumas desavenças observa-se relações solidárias recíprocas. Isso devido a algumas pessoas se conheceram de outras localidades fora do acampamento e a amizade continua, ou alguns têm vínculos de parentesco. Existem também aqueles que não conheciam ninguém antes da chegada ao acampamento, mas passaram a ter grandes relações de amizade e de compadrios, e com isso favorecendo a convivência harmoniosa no acampamento.

3.9 Saúde

No início da formação do acampamento, no ano de 2009, os acampados relatam, algumas ações com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA) e a

Secretaria Municipal de Saúde de Marabá (SMS), em forma de mutirão. Veio até os acampados, médico clínico geral e enfermeiros, para realizar consultas, vacinação de crianças para a prevenção de paralisia infantil, sarampo, febre amarela entre outras. As mobilizações feitas geralmente pela a FETAGRI-sudeste e o STTR de Marabá.

Nos esporádicos mutirões ou visita periódica mensal no acampamento é feito a entrega de remédios, fundamentalmente aqueles com serventia para verminose, tanto para os adultos, quanto para as crianças. Se durante as consultas existir algum caso detectado pelo o médico ou enfermeiros como grave, precisando de um diagnóstico mais detalhado, o acampado é encaminhado para os médicos da cidade de Marabá, geralmente para os postos de saúde. As mulheres grávidas são tratadas com prioridade nos encaminhamentos, e mensalmente fazem consultas e acompanhamento do pré-natal.

Sobre a questão da saúde dos acampados é importante ressaltar também o cultivo de ervas medicinais. As plantas medicinais são usadas como remédios 'caseiro'. Segundo algumas acampadas (com idade de mais de 50 anos), os remédios são feitos geralmente em forma de chá, como por exemplo, o chá do capim santo, tem a serventia de calmante e o sumo da flor de abóbora, serve para curar dor de ouvido.

A sabedoria empírica das mulheres e de alguns poucos homens mais velhos do acampamento, adquirida a partir de suas vivências no campo, assim como a visitas em loco dos enfermeiros, de certa forma ajuda também no processo de resistência do acampamento.

3.10 Religião e Lazer

A religiosidade do acampamento Nossa Senhora Aparecida é observado por nós, como algo discreto, algumas pessoas de doutrinas protestantes, Igreja evangélica da congregação da Assembleia de Deus, fazem círculos de oração. O acampamento é também visitado por padre, fazendo batizados, casamentos e missas. No dia 13 de dezembro de 2010 ocorreu uma ação religiosa da Igreja Católica, onde findou o evento com uma festa de confraternização entre os acampados.

Em relação ao lazer dos acampados, tanto os adultos quanto os jovens e as crianças dão importância as práticas esportivas como o jogo de futebol, dominó, baralho entre outros. Para entretenimento também, as famílias em conjunto compraram um gerador de energia para assistir televisão e filmes em DVD durante algumas noites no acampamento.

3.11 A educação escolar

No início do acampamento Nossa Senhora Aparecida a escola ergueu-se a partir da articulação dos acampados organizados em forma de mutirão, construíram um barracão de palha. Posteriormente a construção, produziram documentos de baixo assinado, com nomes das crianças em idade escolar e adultos com interesse de estudar, um total de 72 alunos e encaminharam para a Secretaria Municipal de Educação de Marabá (SEMED).

O pedido a SEMED, resultou na liberação de três professores para lecionar na escola Flor da Mata¹²: na turma de 1ª a 4ª série, outro na turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e um na turma de 5ª série, no Sistema Modular de Ensino – SOME.

Na organização inicial de um acampamento as primeiras ações realizadas é a construção de barracos para moradia e imediatamente o barracão da escola. Deste modo, a partir de pesquisas realizadas, percebemos a escola formal dentro desse espaço, contribuindo na permanência dos sujeitos no acampamento. Durante entrevistas nos foi revelado, a respeito das pessoas que chegaram no acampamento analfabetos, e a maior parte dessas, através dos estudos dentro do acampamento, na turma do EJA, apreenderam assinar seus nomes ou até mesmo ler pequenos textos. Outros ainda ressaltam a ajuda dada aos filhos nas tarefas escolares. Fato este possível por meio do acampamento, de certa forma já mudaram suas realidades.

A construção da escola no âmbito do acampamento é vista pelas organizações como uma das estratégias para a coesão e a permanência das famílias acampadas. É importante tanto quanto, a própria organicidade do acampamento ao assumir caráter educativo nesse espaço de luta. Por compreenderem que determinados processos educativos acontecem e permitem a cada pessoa realizar escolhas que vão desenhando sua ação/formação/transformação, como afirma Caldart (2012).

3.12 Entrada na Fazenda/conflito: ocupação de uma parte da propriedade

No sudeste do Pará as ações de sem-terra pela posse da terra são diversas, normalmente iniciando com acampamentos as margens de uma estrada para demonstrar ao poder público e a sociedade a sua presença, e exigem o cumprimento

¹² Dados de pesquisa de campo realizados no ano de 2010.

de seus direitos. Mas como o INCRA não toma qualquer tipo de medida, as famílias acampadas acabam ocupando por completo o imóvel reivindicado ou parte dele.

No caso do Acampamento Nossa Senhora Aparecida os sem-terra acamparam em frente à fazenda Itacaiúnas para esperar o INCRA desapropriar a área e criar o Projeto de Assentamento. O decreto de desapropriação foi publicado no Diário Oficial no dia 19 de março 2010. Faltava apenas a emissão de posse, uma espécie de autorização para a criação do Projeto de Assentamento, e isso seria fornecido, segundo os acampados, em apenas três meses após o decreto de desapropriação, devido ao acordo realizado entre o grupo Santa Barbara, o INCRA e o STTR. Mas esse acordo não foi cumprido pelo grupo Santa Barbara. Isso causou uma grande revolta e inquietação dos acampados (como mencionado anteriormente).

Mediante a falta de compromisso demonstrado pelos os representantes dos proprietários da Itacaiúnas, os acampados começaram a remontar estratégias: continuariam no acampamento esperando a boa vontade do INCRA ou se adentrariam ao imóvel para eles mesmos dividir seus lotes de terra, fazer as suas roças e começar a produzir. A partir de algumas tomadas de decisões, começaram a então a pensar na divisão da propriedade. Contrataram os serviços de uma empresa de topografias para de início, verificar como ficaria a situação de cada lote das duzentas famílias. De imediato os proprietários do imóvel ficaram sabendo e ameaçaram os acampados, fato esse registrado na Delegacia de Conflitos Agrários (DECA) por três coordenadores do acampamento:

[...] que na data de 10.09.2011, no momento que os trabalhadores rurais acampados na fazenda Itacaiúnas acompanhados de um agrimensor estava coletando os dados da área para divisão dos lotes de terras, chegou no local o senhor Ataíde de tal, acompanhado de seguranças, o qual falou que tinha um recado do gerente geral, dizendo as seguintes textuais: *“para ninguém sair ferido, eu quero que vocês não entrem mais na área da fazenda, se tentarem entrar novamente que poderia ocorrer derramamento de sangue”* e que no momento que o senhor Manoel Floriano pediu para que não fizesse nada contra os acampados, um dos seguranças fala que estavam apenas cumprindo ordens (DECA, 25/04/2012).

Os acampados não deram importância às ameaças de derramamento de sangue, continuaram com seus planos e no mês de julho percebendo o não cumprimento do acordo, resolveram ocupar uma parte da propriedade, área na frente da fazenda conhecida por *primeiro retiro*. Os mesmos ocuparam-na na manhã do dia 05 de Julho de 2012 por volta das 05:00h. De imediato transferiram os seus barracos da frente da propriedade para dentro das porteiças do imóvel.

No início do mês de dezembro do mesmo ano, parte dos acampados ocuparam segundo *retiro*, ficando outros no primeiro retiro. A intenção era o grupo entrar para a sede da fazenda onde moravam o gerente e os vaqueiros da Santa Bárbara para pressionar mais ainda o proprietário do imóvel a cumprir o acordo com o INCRA. Isso ocorreu por volta da meia noite e foi uma ação tranquila. Na ocasião os acampados pediram a todos os moradores daquele local, no caso os caseiros, se retirassem levando seus pertences.

Após a ação o grupo Santa Bárbara aumentou os seguranças na fazenda, segundo relatos de Maria Dalva em Boletim de Ocorrência (no dia 10 de dezembro de 2012) na Delegacia de Conflitos Agrários de Marabá (DECA), relata sobre a presença do Tenente Monteiro no acampamento no dia 07 de dezembro de 2012, avisando-os do mandado judicial autorizando a permanência de uma equipe de policiais do Comando de Missões Especiais (CME) tendo como função o acompanhamento dos trabalhos dos funcionários da fazenda na vacinação do gado. Os acampados acataram a decisão do “mandado judicial”, ficando à espera das negociações por um período de apenas 15 dias.

Em virtude mais uma vez, da morosidade do poder público, (e enganação) os acampados tomaram a decisão de adentrar-se na área dos fundos da fazenda no dia 29 de dezembro de 2012. Nesse primeiro momento o grupo era formado por dez homens, constituídos apenas para olhar o local, pois sabiam da vigilância na propriedade, ofertada pela a empresa de vigilância privada, *Escolta Armada Atalaia*.

Os acampados chegaram ao local volta da 21:00h, depois de ter percorrido mais de vinte quilômetros a pé. Chegaram ao *retiro* chamado de *Lajinha*, vendo a casa com sinal de abandonada sentiram segurança para descansar. Quando alguns estavam retirando as suas botas viram entrando pela porteira a caminhonete da escolta armada, atirando nos acampados. Não tendo outro jeito, refugiaram-se correndo para a mata, ficando apenas um destes no local baleado.

Segundo o Boletim de Ocorrência policial da DECA, do dia 08 de janeiro de 2013, tendo como depoente o senhor Francisco Mendes, conhecido no acampamento como Chico Mendes, os sem-terras foram pegos de surpresa porque eles ouviram o barulho do carro e foram verificar o que seria, quando se depararam com os seguranças os chamando de “bandido, ladrão” e disparando as suas armas. Nesse momento ele tentou se refugiar atrás de uma caixa de água, mas percebeu sangue em seu corpo, pois estava baleado. Ainda assim, viu os seguranças da Escolta se

aproximando dele e um gritava para os outros, “borá terminar de matar o porco” foi quando num ato de coragem um dos acampados, portando uma por-fora (arma de fabricação caseira usada para caçar), acertou de raspão o rosto do segurança mais próximo do Chico Mendes. Com isso, os outros seguranças saíram do local deixando o acampado vivo.

Este caso repercutiu nos meios de comunicação do município como o conflito dos sem-terra na Fazenda Itacaiúnas. Os dois baleados foram chamados para prestar depoimentos. Devido ao fato do conflito a polícia por considerar invasão da propriedade, foi efetuado um mandado de busca e apreensão, dos coordenadores do acampamento no dia 03 de dezembro 2014.

E devido a intervenção do advogado da CPT a ação do mandado policial não foi executado. Com demonstrações de evidências sobre a responsabilidade do conflito ocorrido no dia citado como “incidente lamentável”. Ocorrido também, segundo a CPT por motivo do despreparo dos seguranças da escolta armada, porque eles não são preparados para o conflito social e sim para assaltos de patrimônio privado, como por exemplo bancos.

Os acampados com todas as ameaças e os riscos de vida sofrido ao se adentrarem na propriedade, ainda assim, não se abateram em seus objetivos de ocupar toda a terra para fazerem suas produções, e decidiram no dia 18 de abril de 2013, ocuparam mais uma parte da fazenda, o *quarto retiro* conhecido como Serra Dourada. Ali novamente construíram os seus barracos definindo uma nova configuração do acampamento na Fazenda Itacaiúnas.

No ano de 2013 dividiram a propriedade em lotes, o grupo denominado Nossa Senhora Aparecida formado por 86 famílias, coordenado por Maria Elza, ocupou a áreas do *Retiro Serra Dourada*. O grupo chamado de Santa Luzia, nesse momento formado por 64 famílias, coordenado pelo o Manoel Floriano, ficou na área da frente da fazenda, no primeiro *Retiro* e o terceiro e último grupo, coordenado por Maria Dalva, ficou no *Retiro da Lajinha*, com o número de 51 famílias.

Assim ficaram as famílias organizadas por grupos, no início, no meio e no final da fazenda, permaneceram em acampamentos por um período, até a decisão em assembleia de como iriam eles mesmos, dividir seus lotes. No dia 11 de agosto de 2013, aconteceu o último sorteio dos lotes entre os acampados. Desde então as famílias estão produzindo a sua alimentação, apesar de todas as dificuldades relacionadas às questões financeiras.

E na maioria das vezes as ações de radicalidade dos acampados sem-terra acontecem principalmente em virtude da morosidade das decisões cabíveis ao Estado. Os sem-terra ao tomar a decisão de viver em um acampamento, na maior parte, são conscientes do sofrimento e a coação existente nestes espaços.

Os acampados por meio das ocupações de terras demonstram uma reação à inoperância estatal, e ao mesmo tempo, os proprietários do imóvel reagem a seu modo, gerando dessa forma os conflitos agrários, não apenas do sudeste paraense, como também em todo o Brasil.

Assim os sem-terra ocupam a propriedade almejada, após muita negligência do Estado para com eles. E ao longo da caminhada vão remontando suas estratégias, iniciada no acampamento e esperar o INCRA, fazer sua parte, (negociar os direitos do imóvel com seus respectivos donos).

Com o passar do tempo, os mesmos, percebem que as divisões de terras não vão acontecer, se continuarem esperando o cumprimento das leis embaixo da lona, e desse modo, remontam estratégias, perpassando da saída do acampamento na margem da estrada, para dentro da propriedade, mesmo havendo enfrentamento aos seguranças da fazenda ou o serviço de pistolagem dos supostos donos do imóvel.

Os contrastes vivenciados dia a dia e um acampamento, os impulsionam a ocupar o imóvel, enfrentar os pistoleiros, dividir a terra com recursos próprios, a partir de percepções, relacionados aos diversos subterfúgios utilizados pelo o Estado para não dividir as terras, implicados pelo o conforto dos governantes, quando não são provocados, e principalmente uma parte do poder judiciário brasileiro, que atua de maneira excludente inviabilizando-os sem-terras. Por isso, se enaltecem a importância de se fazem “barulho” ou movimenta-se para incomodá-los.

A reação ao descaso acontece, porque chega-se a extrema situação de degradação moral e social, a submissão da vivência em acampamentos, sem meio de produção ou de sobrevivência, os encoraja também, para ir ao embate ou encontro até mesmo com a morte.

Sobretudo os sem-terra, vivem um delicado processo, por estarem sempre em confronto com os dominantes dos recursos e do poder, mesmo assim, não se amedrontam e nem aceitam o comodismo.

3.13 Aspectos educacionais e sociais dos acampados

Ao analisar alguns dados de pesquisa, dentre estes os relatórios da Comissão Pastoral da Terra (2003), percebemos as principais características da grande maioria dos acampados sem-terra do sudeste paraense, marcada pela migração, falta de renda fixa, sem estudo, na busca pela sobrevivência.

A migração é efetuada por pessoas de outras regiões do país vindas para essa parte do território amazônico em busca da terra. Estes migrantes são, em sua maioria, oriundos do Estado do Maranhão. Com baixa escolaridade, experientes em trabalho de situações árduas, destacando-se as vivências de “fazenda em fazenda [...] como vaqueiro ou peão em serviços temporários como limpeza de pastagens, fabricação de cerca ou mesmo em trabalhos precários na cidade, como servente de pedreiro, vendedor ambulante” (CPT, 2013, p.15).

Esta realidade é também notada no acampamento Nossa Senhora Aparecida (mencionados anteriormente). Para melhor entendimento sobre essas questões entrevistamos, quinze acampados, especialmente os acampados do grupo Estrela da Manhã. A maioria convive no acampamento há mais de cinco anos.

Primeiramente buscamos saber sobre o grau de escolaridade destes sujeitos, e constatamos: 27% não tem estudo ou não são alfabetizados; 53% tem o ensino fundamental incompleto, sabem ler algumas palavras e assinar seus nomes e 20% tem o ensino médio, que aqui se insere a juventude.

E ainda durante essa entrevista procuramos saber onde eles trabalhavam antes de ser acampado: e obtivemos como resposta: 40% deles exerciam trabalhos temporários na cidade, igualmente destacado pela CPT (2013), realizando serviços temporários, relacionados ao ramo da construção civil tais como pedreiro, ajudante de pedreiro, carpinteiro, pintor, e 33% trabalhavam na zona rural em propriedades de terceiros exercendo serviço braçal ou de caseiros em pequenas propriedades e 27% exercia atividade chamada de autônomos, mas era vendedores ambulantes na cidade.

E desses dados surgiram inquietações a respeito dos sujeitos em sua maior parte, serem oriundos da cidade, ou seja, os 40% que trabalhava com serviços temporários era na cidade e mais outros 27% que trabalhavam como autônomos, soma-se um percentual de 60% dos acampados terem vindos da zona urbana.

Nesse contexto acreditamos ser importante citar Medeiros (2003), ao afirmar que a partir de pesquisas realizadas por ela em acampamentos e em ocupações de terra, encontrou também a presença crescente de trabalhadores de origem urbana.

Porém, não é estranho porque muitos dos sem-terra são de periferias urbanas e as populações das periferias urbanas são aquelas que não têm empregos estáveis, se dispondo a ocupação. Os assalariados rurais vivem hoje nas periferias, assim como também filhos de agricultores pauperizados querendo oportunidade de ser produtores autônomo, igualmente aposentados urbanos e rurais, almejando o acesso à terra como garantia de moradia e um complemento da renda. Essa população em geral tem nível de escolaridade baixo, com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho urbano (MEDEIROS, 2003).

É possível perceber que os sem-terra fazem parte de um contingente de homens, mulheres, jovens marginalizados na sociedade, provindos tanto da cidade quanto do campo, decorrentes de migrações contínuas. As migrações para o sudeste do Pará segundo Silva (2010 p.58) seria “por motivações diversas, permanecendo a busca por terra, mas prevalecendo a migração por trabalho”. Ainda segundo Silva (2010), essas pessoas dirigem-se pelo menos num primeiro momento para as cidades da região sudeste “ocorrendo significativa concentração dessas populações na cidade de Marabá”, se instalando principalmente nos bairros periféricos. Pereira (2006) destaca que,

Grande parte da população dos bairros não tem profissão definida e é submetida à mobilidade constante, ganhando a vida como trabalhadores temporários e de serviços diversos, sendo famílias de ‘sem terras’ em busca de um pedaço de chão, moradores que buscam trabalho na construção civil como pedreiro ou como servente de pedreiro ou são carroceiros, trabalhadores do comércio, das siderúrgicas, das serrarias, das olarias, da prefeitura ou são assalariados rurais temporários nas fazendas e carvoarias da região (PEREIRA, 2006 p.19).

O autor destaca pontos sobre a vivências dos trabalhadores em meio a condições exigidas no cotidiano das grandes cidades, condições mínimas de sobrevivência. Com dificuldade de inserção no mercado de trabalho, por falta de experiências em trabalhos urbanos e sem nenhuma ou pouca escolaridade. Para tanto a terra torna-se alternativa para se sobressair à realidade árdua, da ausência de emprego, moradia e renda nas periferias da cidade.

A CPT (2013), ainda reforça essa questão enfatizando que os sem-terra, em alguns casos, opta pela terra para trabalhar, até mesmo quando, recebem alguma remuneração na cidade, porque esta não supre suas necessidades básicas. E optam também pela terra, porque acham o trabalho em suas futuras terras menos degradantes se comparado aos trabalhos vivenciados na cidade ou em propriedade de terceiros.

E nessa questão de migração, a partir de informações encontradas em 49 ficha de cadastro de acampados filiados ao STTR de 52 membros do grupo de acampados Estrela Dalva (pesquisa efetuada no ano de 2014), foi possível verificar que a maioria dos acampados nasceram no Estado do Maranhão, com percentual de 41% e em segundo lugar foi no Estado do Pará, 33% e do Tocantins, Piauí e Bahia 06% e Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná 02%. Nesse contexto, pontuando estatisticamente que a maioria das famílias de trabalhadores rurais sem-terra são migrantes.

Parafraseando Martins (2008), cremos ser importante ressaltar, que a migração em si, não é um problema, pois estes migrantes¹³ estão procurando melhores meios e lugares para a sua sobrevivência, fugindo da exclusão vivenciadas em seus locais de origem. Porém, o real problema está na maneira de como esses migrantes serão incluídos em seus locais de destino. Geralmente são pessoas como já mencionamos anteriormente, sem estudo e sem renda entres outros, como demonstra o relatório da CPT (2013).

O que resta no meio urbano e rural a estes sujeitos é trabalhos degradantes e “a perversidade [...] em fazer da vítima cúmplice da perversão” (MARTINS, 2008 p.129). Dessa forma cria-se um ciclo familiar de excluído/incluídos. No ciclo de vítimas do sistema capitalista envolve uma família inteira e seus descendentes, devido a fajuta inclusão. Inclusão esta, forçada pelo sistema social capitalista, muitas vezes é inconsciente o nível da perversidade, por seguir a lógica de trabalhos que não transformará as suas condições de sobrevivência. Ou seja, uma parte das famílias migrantes e sua geração continuará em serviços temporária, sem renda, exercendo trabalhos até mesmo de degradação moral.

E assim entendemos que trabalhadores rurais do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, nasceram no berço da busca pela a prosperidade, na busca por terra, vieram para o sudeste do Pará com seus familiares em busca de trabalho e terra: ter uma renda para sobreviver.

¹³ Estamos nos portando somente aos migrantes descritos neste capítulo, que são aqueles pauperizado, que estão na busca pela a sobrevivência familiar. Apontados em pesquisa como os inseridos em acampamentos.

CONSIDERAÇÕES

O estudo apresentado é referente a ação reivindicatória denominada como acampamentos de sem-terra, umas das primeiras formas de organizações de sujeitos na busca por terra. Nesse processo buscamos construir reflexões sobre o sentido das disputas por terras em Marabá, tendo como referência o estudo de caso no Acampamento Nossa Senhora Aparecida.

A ação organizada do acampamento consiste, possivelmente, numa disputa de poder ou de domínio do território, apresentada a partir de um longo processo de dominação territorial e conseqüentemente dos meios de produção decorrente das construções sociais históricas no Brasil.

Neste sentido, ao longo da pesquisa destacamos o município de Marabá e apresentamos o processo de dominação dos meios de produção, sendo principalmente subsidiado pelo Estado em favor de ganhos de políticos e de grupos econômicos.

O favorecimento de arrendamentos de terras de castanhais foi umas das principais formas de pagamentos por fidelidade a determinados grupos de apoiadores políticos até a década de 1970, período onde iniciam o incentivo a migração massiva pelo o governo civil-militar para essa parte da Amazônia. Migração esta que exerce um papel fundamental na questão do aumento populacional do município, por incentivar um contingente de sujeitos vindos para a região da Amazônia, devido a construção da rodovia Transamazônica (que cruza o município de Marabá) e com proposta de receber terras para a produção agrícola.

São na maioria migrantes pauperizados, que não acessaram recursos do governo e ficaram à mercê da própria sorte, resultando na subjugação de diversos sujeitos em uma nova região, sem renda e com muitas terras produtivas, mas já ocupada por supostos donos. As migrações para esta região causaram um inchaço populacional caótico, afetando socialmente famílias e seus futuros descendentes, ou seja, foram um contingente de pessoas sem emprego e sem renda, condenado a subalternização.

De certa forma os pretensiosos chefes políticos locais beneficiados pelo Estado, assim como diversos empresários migrantes, dominaram grandes extensões de terras, não apenas as públicas, mas também aquelas divididas pelo GETAT.

Cercearam meios de sobrevivência de uma grande parte dos trabalhadores extrativistas, agricultores da região e dos recém chegados.

A organização dos trabalhadores por terra existe há muitos anos, constituído de momentos e maneiras diferenciadas dentro do município de Marabá. Entretanto, sempre com o sentimento de excluídos de um bem que poderiam beneficiar a todos se fossem divididos de maneira justa. Do contrário, culmina nas vivências desses sujeitos em completo “abandono” pelo o Poder Público, os deixam sem alternativa de melhorias das atuais condições de vida.

Dessa forma, diferentes sujeitos passam constituir uma batalha pela reconquista dos direitos, de possuir seus próprios meios de produção, no enfrentamento ao poder do Estado e principalmente do Judiciário, com inúmeras contradições, anulando ou retardando em longo anos de espera a conquista da terra.

Mas a conquista da terra não acontece de maneira passiva e amistosa. Os sem-terra estão a cada dia refazendo suas histórias, construindo as suas estratégias de resistências, contrariando a morosidade do poder do Estado e do Judiciário e enfrentado o poder dos grandes proprietários de terra.

O objetivo dos sem-terra é de fato a divisão das terras e tê-las reconhecidas como Projeto de Assentamento. Nisso o sentido do acampamento de sem-terra é algo transitório. É uma das primeiras organizações a ser realizadas, porém não negando a existência de organizações antecedentes a esta, que são determinados números de sujeitos em reuniões, cadastramentos, tanto nas periferias urbanas como em áreas de vilas rurais, mobilizações existentes até chegarem ao acampamento.

Isso quer dizer que acontece uma espécie de motivação dos trabalhadores para fazer a luta pela as terras, ensejada por suas condições precárias. Por falta de condições financeiras, emprego, moradia e renda, passam a optar por viver em acampamentos com objetivo da melhoria da qualidade de vida, futuramente como um assentado.

Ao aceitarem o convite para acampar, reivindicar terras, prevalece a esperança de que a propriedade logo seja dividida, no entanto ao conviver no local, percebem que não é assim. A partir deste momento entra o processo de um conjunto de articulações contrárias à reforma agrária tendo os movimentos sociais e das entidades parceiras dos trabalhadores enveredar-se na conscientização das famílias sem-terra para que possam garantir os seus direitos.

Esse processo de conscientização é algo motivador para a permanência dos acampados no acampamento. Reafirma o sentido da luta de ser pela terra, e terão seus lotes a partir de perspectivas próprias, porque a reforma agrária é consequência da luta. Ela dificilmente será realizada pelo o governo se não pressiona-lo a cumprir o que estabelece a Lei. Evidenciam também sobre os direitos de possuir a terra, se despertam da condição de vítimas do sistema perverso, apontando possibilidade de viver em melhores condições de vida, mas enfatizam sempre, que para isso é necessário lutar por condições dignas.

Nas entrevistas realizadas, os acampados expressaram seu propósito de viver em acampamento, um exemplo identificado na realidade da maioria dos acampados, revelar-se nos posicionamentos da juventude na busca de sua própria terra. Os mesmos, objetivam possuir uma parcela de terra somente sua, quando são filhos de agricultores e quando não são, é porque se sentem inferior no meio social. Por não terem estudos, geralmente porque seus familiares trabalhavam no campo, principalmente em terras de terceiros. Com isso, consideram sua sobrevivência na cidade com maiores empecilhos do que no campo.

E partir de todo o estudo compreendemos a importância “do fazer acampamento” em dias atuais, porque este seria abraçar novas perspectivas de vida. É o início do processo de luta por divisões das terras, embora sendo vista como política compensatória é também vista como um caminho para devolver a dignidade ao um contingente de trabalhadores cerceados historicamente por esse meio de produção que é a terra. Ou seja, os sem-terra acampados consideram a terra seu lugar de reprodução, onde lhe dará condições de seguir um novo caminho, se desvencilhar efetivamente com seus próprios meios da herança histórica de exclusão.

Quer dizer, ao logo deste trabalho procuramos deixar claro o sentido do acampamento e de ser acampado para os sem-terra, além de demonstrar a importância do tema para que as pessoas possam conhecer melhor como se inicia a luta por terra no município de Marabá, e que a partir desta luta suscita tantas outras, como os projetos de assentamentos, a luta por educação do campo etc. Tudo isso forma uma rede de articulações de sujeitos do campo querendo modificar suas realidades.

Contudo, na disputa pela a terra, os trabalhadores rurais enfrentam forças desiguais, conduzidas pelo o Estado na figura de governantes e da Justiça ou mesmo a força dos supostos donos de propriedades com seus pistoleiros e milícias armadas.

Que a luta dos trabalhadores rurais continue garantindo direitos e suscitando melhores dias para todos.

REFERÊNCIAS

ASSIS, William Santos de. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste Paraense**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura, 2007.

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**, Salvador: Memorial da Letras, 1999. 160p.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Marabá, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Setor Ouvidoria Agraria. Superintendência Regional Sul do Pará – SR (27), 09/06/2010.

BRASIL. Presidência da República. Decreto de desapropriação da Fazenda Itacaiúnas no Município de Marabá. Nº 54, 22/03/2010. DOU, Seção 1, 19/03/2010, p. 7. <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012010032200007. Acessado em 14/05/ 2010.

CALDART, R. S. **Intencionalidades na formação de educadores do campo: reflexões desde a experiência do curso “Pedagogia da Terra da Via Campesina”**. In: ANTUNES, R. M. I. Territórios educativos na educação do campo. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Informativo janeiro a março de 2014, ano 39-nº215, p.16, Arquivo e documentação CPT de Marabá. 17/12/2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense**, Boletim informativo - equipe Marabá Tucuruí e Xinguara, dezembro 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT. **Relatório Analítico “O Sul e o Sudeste do Pará e os conflitos pela a posse da terra”**, 2013 observatório sócio ambiental do Sudeste paraense, 31 p. Arquivo e documentação CPT de Marabá. 17/12/2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA e FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Áreas com processo no INCRA**. Marabá, 17/12/2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. PROCESSO, Nº 0009090-56.2009.814.0028. **Ação de reintegração de posse com pedido de liminar (2009)**. Vara Agrária de Marabá. Arquivo e documentação CPT de Marabá. 17/12/2014.

EMMI, Marília. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Acampamento: In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 p.23-27.

FERNANDES, Bernado Mançano. **A ocupação como forma de acesso a terra, as imagens e as vozes da despossessão: A luta pela a terra e a cultura Emergente do Movimento de Trabalhadores Sem Terra**. 2002. <http://www.landless-voices.org/vieira/archive-05.phtml?rd=OCCUPATI778&ng=p&sc=3&th=42&se=0> acessado em 15/12/2014.

GOHN, Maria da Gloria. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na Amazônia Latina**. Caderno CRH V.21, Salvador- BA, nº.54, set/dez. 2008, p.439-455.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, 11ª edição, Vozes, 2007

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Belém: ADUFPA, 2004 (Vol. IV).

IKEDA, Joyce Cardoso Olímpio. **Expansão do capital, luta de classes e poder local: um estudo sobre a composição do poder político no município de Marabá-PA (1985-2012)**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/Programa de Pós-Graduação Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, 2014.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas: Métodos de coletas de dados: observação, entrevista e análise documental**. São Paulo: EPU, 1986. p.25-44.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ª edição, São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade Vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. 3ª edição, Petrópolis, RJ: Voses, 2008.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. **Movimentos Sociais, Disputa Políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **O livro de ouro da Amazônia: mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta**. Rio de Janeiro: EDIOURO, 2004.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A cidade invisível de Marabá**. 30f. 2006. [Fotocopia].

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Tese (Doutorado em História), Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PEREIRA, Maria Dalva do Nascimento. Boletim de Ocorrência Policial, nº 184/2012.008174-3, Polícia Civil do Estado do Pará, operacional - DECA 201, Marabá, 10/12/2012.

ROTHMAN, Franklin Daniel. **O Estudo de caso como método científico de pesquisa**. In: Economia Familiar: uma olhada sobre a família nos anos 90. I SIMPÓSIO DE ECONOMIA FAMILIAR. UFV/Departamento de Economia Doméstica, Viçosa, 1994. p. 246-255.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Idelma Santiago. **Fronteira Cultural: a alteridade maranhense no sudeste do Pará (1970-2008)**. Tese (Doutorado em História), Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS-STTR de Marabá e COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Ofícios e declarações. Arquivo e documentação STTR de Marabá, 10/09/2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS-STR de Marabá. Regimento interno do acampamento Nossa Senhora Aparecida. Marabá. Arquivo e documentação STTR de Marabá, 10/09/2010.

SOUSA, Francisco Mendes. Boletim de Ocorrência Policial, nº 184/2012.008874-8, Polícia Civil do Estado do Pará, operacional - DECA 201, Marabá, 08/01/2013.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro, 2ª edição, Zahar, 1981.

Sites:

A FARRA DO BOI disponível em <http://www.greenpeace.org.br/gado/FARRAweb.pdf> acessado em 20/06/2010

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Liderança de ocupação é assinada em Marabá. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/770-lideranca-de-ocupacao-e-assassinada-em-maraba>. Acessado em 29/09/2015.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA -IBGE. Cidades de Marabá. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=150420>. Acessado em 02/09/2015.

G1. Sindicalista é morto por pistoleiros em Marabá, diz Pastoral da Terra. 25/08/2011. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/08/sindicalista-e-morto-por-pistoleiros-em-maraba-diz-pastoral-da-terra.html>. Acessado em 29/09/2015.

JUSTIÇA FEDERAL. Resumo do processo da fazenda Itacaiúnas. http://processual.trf1.jus.br/consultaprocessual/processo.php?trf1_captcha_id=af5d2d2c3723ad5028f34f6ea764ddcd&trf1_captcha=3xmv&enviar=pesquisar&proc=32202120134013901&secao=MBA. Acessado em 17/12/2014.

BIBLIOGRAFIA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT, O que é CPT? Caderno CPT, ano I nº2. Impressão e distribuição: Comissão Pastoral da Terra, Goiânia - GO, arquivo e documentação CPT de Marabá, Agosto de 1982.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de Terras:** trajetória da União Democrática Ruralista-UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

GOMES, Manoel Floriano; SILVA, Elza Gomes da Silva; PEREIRA, Maria Dalva do Nascimento. Declaração. Comissão Pastoral da Terra, Marabá, 29/04/2013.

HALL, Anthony L. **A crise agrária na Amazônia.** In: HÉBETTE, Jean (Org). O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis: Vozes/FASE/NAEA, 1991, p.144-162.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra:** história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978.

MALHEIRO, B. C. P. Territórios e Saberes em disputa: por uma epistemologia de Fronteira. In: Anais do SBS Norte. Belém: UFPA, 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Conflito e mediação:** a atuação da Igreja Católica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Estado na questão agrária, no sul do Pará. In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovani (Orgs.). História e suas práticas de escritas: relatos de pesquisa. Recife: Universidade da UFPE, 2013. p. 70-97.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A Igreja Católica, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Estado:** Mediação e Conflito na região Araguaia Paraense. Rurais, v. 2, n.2, set. 2008, p.99-136.

PEREIRA, Airton dos Reis; ROTHMAN, Franklin Daniel. **Ocupações espontâneas, conflitos e violência pela posse da terra no Araguaia.** Cadernos do CEAS, Salvador-BA, nº. 220, nov./dez., 2005, p.59-87.

PARÁ, Corpo de Bombeiros Militar 5º Grupamento, 2º Regional de Defesa Civil. Relatório de busca a pessoa desaparecida – Fazenda Itacaiúnas. 31/01/2012.

PEREIRA, Elza Taveira. Boletim de Ocorrência Policial, nº 184/2012.008875-2, Polícia Civil do Estado do Pará, operacional - DECA 201, Marabá, 30/12/2012.

PEREIRA, Maria Dalva do Nascimento. Depoimento, Polícia Civil do Estado do Pará, operacional/ DECA 201, Marabá, 25/04/2012; 29/10/2012; 08/01/2013.

PEREIRA, Maria Dalva do Nascimento. Boletim de Ocorrência Policial, nº 184/2012.008874-8. Polícia Civil do Estado do Pará, operacional - DECA 201, Marabá, 08/01/2013.

SOUZA, Haroldo de. **A reprodução sócio-econômica e produtiva do campesinato no sudeste paraense:** o assentamento Palmares II, Parauapebas/PA. Dissertação

(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento), Universidade Federal do Pará/ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2010.

Sites:

A DIVISÃO TERRITORIAL de Marabá na década de 1980 criação de novos municípios novas estruturas de poderes locais e novas territorialidades. <http://www.webartigos.com/artigos/a-divisao-territorial-de-maraba-na-decada-de-1980-criacao-de-novos-municipios-novas-estruturas-de-poderes-locais-e-novas-territorialidades/65359/#ixzz3RvdkYCzb>. Acessado em 16/02/2015.

BRASIL. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. <https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/index.php?action=Orgao.site&oOrgao=25>. Acessado em 16/02/2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, http://www.incra.gov.br/Aquisicao_de_terras. Acessado em 04/02/2015.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Pará-TJ/PA. Marabá: Reunião nesta terça feira (28) em Marabá vão discutir situações de conflitos agrários -. <http://tj-pa.jusbrasil.com.br/noticias/1595884/reunioes-nesta-terca-feira-28-em-maraba-va-discutir-situacoes-de-conflitos-agrarios>. Acessado em 15/ 12/ 2010.

BANCO OPPORTUNITY. http://www.opportunitydtvm.com.br/UI/banco_opp.aspx. Acessado em 06/02/2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Estudo feito em apenas quatro das fazendas do grupo Santa Barbara aponta a existência de 25.504 hectares de terras públicas. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/1566-estudo-feito-em-apenas-quatro-das-fazendas-do-grupo-santa-barbara-aponta-a-existencia-de-25-504-hectares-de-terras-publicas?highlight=WyJzYW50YSIsImJcdTAwZTFyYmFyYSIsInNhbnRhIGJcdTAwZTFyYmFyYSJd>. Acessado em 25/07/2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Cinco pessoas, incluindo um adolescente, foram resgatadas em área isolada em condições degradantes. Documento comprova ligação de irmã e ex-cunhado de banqueiro com Agropecuária Santa Bárbara. <http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/1050-fazenda-com-escravos-e-controlada-por-familia-de-daniel-dantas>. Acessado em 25/07/2015.

LAUDAS CRÍTICAS. A Operação Satiagraha e o 'meio ambiente'. Acessado em 20/06/2010 disponível em <http://laudascriticas.wordpress.com/2008/07/15/0-relatorio-da-pf-e-a-calmaria-dos-blogs-nesta-manha/>. Acessado em 20/06/2010.

LIVRO fala do papel de Gilmar Mendes na anulação da condenação de Daniel Dantas <http://www.cartacapital.com.br/politica/livro-fala-do-papel-de-gilmar-mendes-na-anulacao-da-condenacao-de-daniel-dantas-9455.html>. Acessado em 06/02/2015.

OPERAÇÃO BANQUEIRO. Um retrato das relações de Daniel Dantas com o poder. Encontrado em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Operacao->

Banqueiro-um-retrato-das-relacoes-de-Daniel-Dantas-com-o-poder/4/29980_ acessado em 06/02/2015.

REDE ESCÂNDALOS: perfil Daniel Dantas. <http://veja.abril.com.br/infograficos/rede-escandalos/perfil/daniel-dantas.shtml?scrollto=conteudo-rede>. Acessado em 06/02/2015.

SISTEMA CNA. <http://www.canaldoprodutor.com.br/sobre-sistema-cna/sistema-cna>. Acessado em 06/02/2015.

STF anula provas contra Daniel Dantas obtidas na sede do opportunity, <http://www.valor.com.br/politica/3825804/stf-anula-provas-contra-daniel-dantas-obtidas-na-sede-do-opportunity> . Acessado em 06/02/2015.

FONTES ORAIS:

Adão Conceição Gonsalves, acampado do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 16/04/2014. Marabá (PA).

Amujaci Serrano da Silva, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, membro da direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, ocupante da fazenda Itacaiúnas, “Acampamento Nossa Senhora Aparecida” município de Marabá. Entrevista concedida em 20/06/2010 e em 27/01/2015, Marabá (PA).

Antônio Gomes, o Pipira, ex-Presidente do STR de Marabá por dois mandatos e atual Coordenador da FETAGRI-sudeste do Pará. Entrevista concedida em 20/06/2010, 04/03/2015 Marabá (PA).

Antônio Carlos Gomes dos Reis, diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá, membro da direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura. Entrevista concedida em 20/06/2010. Marabá (PA).

Emmanuel Wambergue, o Mano, ex-Religioso da Congregação dos Missionários Oblatos de Maria Imaculada, ex-Coordenador da CPT de Marabá. Entrevistas concedidas em 27/01/2015, Marabá (PA).

Francisco da Silva Alves, acampado do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 10/ 12/2010 e 15/04/2014. Marabá (PA).

Francisco Ferreira, acampado do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 20/10/2014. Marabá (PA).

Francisco da Silva Mendes, o Chico Mendes, acampado do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 20/10/2014. Marabá (PA).

José Antônio Ferreira Brito, o Branquinho, acampado do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 23/03/2014. Marabá (PA).

José Batista Gonçalves Afonso, agente e advogado da CPT de Marabá. Entrevista concedida em 06/02/2015, Marabá (PA).

José Maria Martins Cajueiro, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Marabá. Entrevista concedida em 20/06/2010, Marabá (PA).

João Batista de Oliveira pontes, acampado do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 01/11/2010. Marabá (PA).

João de Deus Santos Pereira, acampado, esposo da coordenadora do acampamento Estrela da Manhã, entrevista concedida em 23/03/2014. Marabá (PA).

Maria Dalva do Nascimento Pereira, Coordenadora do acampamento Estrela da Manhã, entrevista concedida em 10/06/2010, 23/03/2014 e 10/02/2015 em Marabá (PA).

Maria Elza Gomes da Silva, Coordenadora do acampamento Nossa Senhora Aparecida. Entrevista concedida em 10/06/2010. Marabá (PA).

Manoel Floriano Gomes -Coordenador do acampamento Balão III e IV. Entrevista concedida em 10/12/2010 e 15/04/2014. Marabá (PA).

Maria da Silva, acampada do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 20/10/2014. Marabá (PA).

Maria Francilene Rodrigues da Silva, acampado do grupo Estrela da Manhã. Entrevista concedida em 20/10/2014. Marabá (PA).

ANEXO

Imagens do acampamento Nossa Senhora aparecida.



Moradia dos Acampados
Foto: Autora, 2013



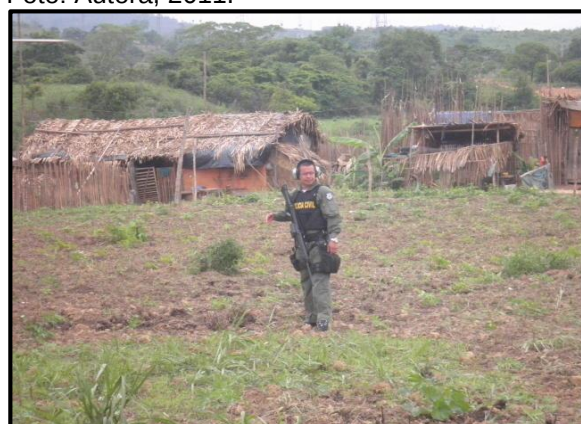
Moradia dos Acampados
Foto: Autora, 2010



Acampadas com filhos em reunião no
acampamento
Foto: Autora, 2011.



Brincadeira de crianças
Foto: Autora, 2011.



Conflito no acampamento.
Foto: Autora, 2012.



Negociação de conflito: INCRA, STTR, DECA,
PM.
Foto: Autora, 2012.



Escola Flor da Mata.
Foto: Autora, 2010.



Juventude em trabalho de campo escolar.
Foto: Autora, 2011.



Escola Flor da Mata ano 2010.
Foto: Autora, 2010



Escola Flor da Mata 2010
Foto: Autora, 2010.



Desmatamento na fazenda Itacaiúnas.
Foto: Autora, 2012.



Identificação da propriedade: Area da frente da fazenda Itacaiúnas.
Foto:: Autora, 2012.



Horta dos acampados.
Foto: Autora, 2010.



Criações de aves dos acampados.
Foto: Autora, 2010